



### ANEXO III

#### REFERÊNCIAS TEMÁTICAS E BIBLIOGRÁFICAS

#### LINHA DE PESQUISA 1: Poder, Cidadania e Desenvolvimento no Estado Democrático de Direito

<b>ÁREA DE ESTUDO: JUSTIÇA TRIBUTÁRIA E SEGURANÇA JURÍDICA</b>
--

#### REFERÊNCIAS TEMÁTICAS:

##### REFERÊNCIA 1:

A - Os princípios ordenadores do Direito Tributário. Federalismo e Estado Democrático de Direito. Reflexos no sistema tributário nacional.

B - As imunidades como limitações constitucionais ao poder de tributar.

C - Direitos e garantias constitucionais do contribuinte. Segurança e Igualdade. A capacidade econômica.

##### REFERÊNCIA 2:

A - Metodologia do Direito Tributário. O modo de pensar por meio de conceitos. O modo de pensar por meio de tipos. A prevalência do modo de pensar por meio de conceitos e a prevalência dos princípios constitucionais no Direito Tributário.

B - A estrutura lógica das normas jurídicas. A hipótese e a consequência das normas tributárias e seus aspectos ou critérios. Normas, regras e princípios. Ponderação de princípios no Direito Tributário.

C - Interpretação, integração e aplicação da legislação tributária.

##### REFERÊNCIA 3:

A - Competência tributária. Discriminação constitucional e modalidades. Conflitos de competência; soluções constitucionais; o papel das leis complementares e das resoluções do Senado Federal.

B - O conceito de tributo e as espécies tributárias. A teoria geral dos impostos, das taxas e das contribuições.

C – Receitas originárias. Preços Públicos. Participação de um ente estatal no produto de arrecadação de tributo de competência alheia.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE DIREITO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

REFERÊNCIA 4:

A - A proteção da confiança e a irretroatividade do Direito Tributário, em relação aos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário. A boa fé.

B – Soluções consensuais no Direito Tributário. Transação administrativa e transação tributária. A democratização da Administração Tributária.

REFERÊNCIA 5:

O Procedimento Administrativo e o devido processo legal.

Poder de Polícia Fiscal: conceito, meios, atributos, características, formas de atuação, limites. Manifestações do poder de polícia fiscal.

Administração Tributária: atribuições da fiscalização. Prerrogativas da autoridade administrativa. Dívida ativa de créditos tributários: procedimento, inscrição, execução.

A Repressão ao ilícito tributário. Multas, penalidades pecuniárias e garantias do contribuinte.

REFERÊNCIA 6:

A - As relações econômicas internacionais, sua regulação e os efeitos na seara tributária. Principais atores globais transnacionais em matéria de regulação econômica e tributária: forma de atuação. Iniciativas harmonizadoras da tributação no ambiente global. Processo de produção, negociação e interiorização das normas que regulam o sistema econômico e tributário internacional. Mecanismos de solução de controvérsias entre os países. Governança tributária global. Implicações das limitações gerais externas ao exercício da atividade legislativa dos Estados soberanos em matéria tributária. Pluritributação internacional. Tributação do comércio eletrônico. Propostas de taxação global e seus possíveis reflexos.

B - As estratégias de simplificação e praticidade. Presunções e ficções no Direito Tributário. A aplicação da lei “em massa” e suas consequências para a igualdade e equidade.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA: (preferência para edições mais recentes)

BATISTA JÚNIOR, Onofre Alves. *Transações Administrativas*. São Paulo: *Quartier Latin*, 2007.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE DIREITO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

BAUMAN, Zigmund. *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

DERZI, Misabel Abreu Machado. *Limitações constitucionais ao poder de tributar*. Atualização da obra de Aliomar Baleeiro. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2010.

DERZI, Misabel Abreu Machado. *Modificações da jurisprudência no Direito Tributário: proteção da confiança, boa fé objetiva e irretroatividade como limitações constitucionais no poder judicial de tributar*. São Paulo: Noeses, 2009.

DERZI, Misabel de Abreu Machado. (Coord.) *Separação de poderes e efetividade do sistema tributário*. Belo Horizonte: Del Rey, 2010.

HÖFFE, Otfried. *A democracia no mundo de hoje*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: (preferência para edições mais recentes)

ALEXY, Robert. *Teoria da argumentação jurídica*. São Paulo: Landy, 2001.

AMARAL, Alberto; SANCHEZ, M. (Org.) *Regulamentação internacional dos investimentos - Algumas lições para o Brasil*. São Paulo: Aduaneiras, 2007.

ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. Ed. Nova Cultural Ltda. Círculo do Livro Ltda. 1996.

ARNAUD, André-Jean. *Entre modernité et mondialisation. Cinq leçons sur la philosophie du droit et de l'État*. LGTJ. 'Droit et Societé', Paris, 1998.

ARNAUD, André-Jean. Le medium et le savant. Signification politique de l'interprétation juridique. *Archives de Philosophie du Droit* 17:165-181, Paris, 1972.

ARNDT, Hans Wolfgang. *Praktikabilität und Effizienz*, Köln, Dr. Peter Deubner Verlag. Dr. Otto Schmidt KG, 1983.

ATALIBA, Geraldo. *Instituições de direito público e República*. Tese, São Paulo, Gráfica Ed., 1984.

BALEEIRO, Aliomar. *Direito Tributário Brasileiro*. Atualização MISABEL DERZI. 11<sup>a</sup>. ed., Rio de Janeiro, Forense, 2006.

BALEEIRO, Aliomar. *Limitações constitucionais ao poder de tributar*. Atualizado por DERZI, Mizabel de Abreu Machado. 8<sup>a</sup> Ed. Rio de Janeiro: Forense, 2010.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE DIREITO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

BARROSO, Luís Roberto. *Interpretação e Aplicação da Constituição*. 2 ED. São Paulo: Editora Saraiva, 1998.

BATISTA JÚNIOR, Onofre Alves. O Estado Democrático de Direito Pós-Providência brasileiro em busca da eficiência pública e de uma administração pública mais democrática. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2009, v.98, p.119-158.

BATISTA JÚNIOR, Onofre Alves. *Poder de polícia fiscal*. Belo Horizonte: Mandamentos, 2001.

BATISTA JÚNIOR, Onofre Alves. *Princípio constitucional da eficiência administrativa*. Belo Horizonte: Mandamentos, 2004.

BATISTA JÚNIOR, Paulo Nogueira. Da crise financeira à crise fiscal. *In: Folha de São Paulo* de 18.02.2010. Disponível em <[www.clippingmp.planejamento.gov.br](http://www.clippingmp.planejamento.gov.br)>. Extraído em 19.03.2010.

BAUMAN, Renato. (Org.) *O Brasil e a economia global*. Rio de Janeiro: Campus, 1996.

BECK, Ulrich; GIDDENS, Anthony; LASH, Scott. *Modernização reflexiva*. São Paulo: UNESP, 1995.

BENTO, Leonardo Valles. *Governança e governabilidade na reforma do Estado: entre eficiência e democratização*. Barueri, SP: Manole, 2003.

BOBBIO, Norberto. *Teoria della norma giuridica*. Torino: G. Giappichelli, 1958.

BORGES, José Souto Maior. *Hermenêutica histórica em Direito Tributário*. Revista Tributária e de Finanças Públicas, São Paulo, v.15, n.75, p. 145-163, jul./ago. 2007.

BOUVIER, Michel. *Introduction au droit fiscal general et à la théorie de l'impôt.* 4<sup>a</sup>. LGDJ. Paris, 2001.

BROWNLIE, Ian. *Principles of public international Law*. Oxford: Claredon, 2003.

BÜLLESBACH, Alfred. *Princípios de teoria dos sistemas*. In Introdução à Filosofia do Direito e à Teoria do Direito Contemporâneas. Coordenação de A.KAUFMANN e W. HASSEMER, trad. de Manuel Seca de Oliveira. Lisboa. Ed. Fundação Calouste Gulbenkian, 2002.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE DIREITO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

BUSTAMANTE, Thomas da Rosa de. *Teoria do Precedente Judicial: A justificação e a aplicação de regras jurisprudenciais*. São Paulo. Ed. Noeses. 2012.

CALAMANDREI, Piero. *Instituciones de derecho procesal civil*. Trad. Santiago S. Melendo. Buenos Aires: Jurídicas Europa-América, 1962.

CALMES, Silvia. *Du Príncipe de Protection Legitime em droits allemand, communautaire et français*. Paris, Dalloz, 2001.

CANARIS, Claus. *Pensamento sistemático e conceito de sistema na ciência do direito*. Trad. Menezes Cordeiro. 3. ed. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 2002.

CANARIS, Claus-Wilhelm. *Die Vertrauenshaftung im Deutschen Privatrecht*. C.H. Beck`She Verlags. Munchen, tradução não autorizada pelo autor de Juliana, Júlio César e Cláudio. 1971.

CANÇADO TRINDADE, Antônio Augusto. *O direito internacional em um mundo em transformação*. São Paulo: Renovar, 2002.

CANOTILHO, J. J. Gomes. *Direito constitucional*. 5. ed. rev. Coimbra: Almedina, 1991.

CARNEIRO, R. *Desenvolvimento em crise, a economia brasileira no ultimo quarto do século XX*. São Paulo: UNESP, 2002.

CARNELUTTI, F. *Lições de Direito Processual Civil*. Lezioni di Diritto Processuale Civile. La Litotipo. Pádua: Ed. Universitária, 1926.

CARNELUTTI, Francesco. *Teoria geral do direito*. Trad. A. Rodrigues Queiró e outro. São Paulo: Saraiva, 1942.

CARNELUTTI, Francisco. *Sistema de Derecho Processal Civil, I*, Trad. Alcalá-Zamora y Castillo e outro. Buenos Aires, UTEHA Argentina. 1944.

CARRIÓ, Genaro R. *Algunas palabras sobre las palabras de la ley*. Buenos Aires: Abeledo-Perrot, 1971.

CHESNAIS, François. *Tobin or not Tobin? Porque tributar o capital financeiro internacional em apoio aos cidadãos*. São Paulo: UNESP, 1999.

CHIOVENDA, G. Conceitos fundamentais. A doutrina das ações. *Instituições de Direito Processual Civil*. Trad. J. G. Menegale. São Paulo: Saraiva, 1942. v. 1.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE DIREITO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

CHIOVENDA, Giuseppe. *Instituições de Direito Processual Civil. Vol. 1.* Trad. Da 2ª ed. Italiana de Guimarães Menegale. Saraiva, São Paulo, 1942.

CHOMSKY, Noam. *Lingüística cartesiana.* Trad. Francisco M. Guimarães. São Paulo: Vozes, 1972.

CLARK, Giovani. O genocídio econômico. In. SOUZA, Washington Peluso Albino de; CLARK, Giovani (Org.). *Questões polêmicas de direito econômico.* São Paulo: LTr, 2008.

CLARK, Giovani. Política econômica e Estado. In. SOUZA, Washington Peluso Albino de; CLARK, Giovani (Org.). *Questões polêmicas de direito econômico.* São Paulo: LTr, 2008.

COMMISSION OF THE EUROPEAN COMMUNITIES. *Where does the EU go from Doha? What prospects for meeting the EU targets of 2010 and 2015?* Annual progress report 2009 on financing for development. Brussels, 2009.

COMMITTEE OF THE GROUP OF TEN COUNTRIES. *Report on Interbank Netting Schemes of the Central Banks.* Bank for International Settlements (BIS), 1990.

CONSELHO EUROPEU. *Conclusions* reunião ordinária 10 e 11 de dezembro de 2009. EUCO 6/09. Bruxelas, 2009.

COUTO E SILVA, Almiro. “O Princípio da Segurança Jurídica (Proteção à Confiança) no Direito Público Brasileiro e o Direito da Administração Pública de Anular seus Próprios Atos Administrativos: o Prazo Decadencial do art. 54 da Lei do Processo Administrativo da União (Lei nº. 9.784/99)”, RBDP, Belo Horizonte, ano 2, n.6, p. 7-59, jul/set.2004.

COUTO E SILVA, Almiro. “Princípios da Legalidade da Administração Pública e da Segurança Jurídica no Estado de Direito Contemporâneo”. RPGE, Porto Alegre 27 (57):13-31, 2004.

DERZI, Misabel Abreu Machado. *Direito tributário, direito penal e tipo.* 2ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

DERZI, Misabel Abreu Machado. *Limitações constitucionais ao poder de tributar.* Atualização da obra de Aliomar Baleeiro. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2010.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE DIREITO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

DERZI, Misabel Abreu Machado. *Modificações da jurisprudência no Direito Tributário: proteção da confiança, boa fé objetiva e irretoratividade como limitações constitucionais no poder judicial de tributar*. São Paulo: Noeses, 2009.

DIHN, Nguyen Quoc; DAILLIER, Patrick; PELLET, Alain. *Droit international public*. 7. ed. Paris: LGDJ, 2002.

DINAMARCO, Cândido Rangel. *Instituições de Direito Processual Civil*, 4<sup>a</sup>. Ed. Malheiros Ed. São Paulo, 2003.

DINAMARCO, Cândido Rangel. *O Processo Civil na Reforma Constitucional do Poder Judiciário*. Revista Jurídica. Eletrônica Unicoc. 2006.

DUPUY, René-Jean. *O direito internacional*. Tradução de Clotilde Cruz. Coimbra: Livraria Almedina, 1993.

DWORKIN, R. M. *Uma questão de princípio*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

EICHENGREEN, Barry. *A globalização do Capital. Uma história do Sistema Monetário Internacional*. São Paulo: Ed. 34, 2000.

EINSTEIN, Albert; FREUD, Sigmund. *Por que a guerra? Indagações entre Einstein e Freud (cartas)*. Disponível em <<http://pt.scribd.com/doc/7182942>>. Extraído em 12.Nov.2011.

FARIA, José Eduardo. *O direito na economia globalizada*. São Paulo: Malheiros, 1999.

FILHO, Rodolfo Pamplona; LEÃO, Adroaldo. (Coord.) *Globalização e direito*. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

GIDDENS, Anthony. *As conseqüências da modernidade*. São Paulo: UNESP, 1991.

GONÇALVES, Reinaldo. *Globalização e desnacionalização*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

HABERLE, Peter. *Hermenêutica Constitucional. A sociedade aberta dos intérpretes da Constituição. Contribuição para a Interpretação Pluralista e "Procedimental" da Constituição*. Trad. GILMAR F. MENDES. Sergio A. Fabris Ed. Porto Alegre, 1997.

HABERMAS, Jürgen. *A crise de legitimação do capitalismo tardio*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1980.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE DIREITO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

HABERMAS, Jürgen. *O discurso filosófico da modernidade: doze lições*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

HEIDEGGER, Martin. *La Chose, in Essais et Conférences*. Trad. André Préau. Gallimard, Paris, 1958.

HEIDEGGER, Martin. *Tempo e Ser*. Conferência proferida a 31 de janeiro de 1962, na Universidade de Freiburg, *in Conferência e Escritos Filosóficos*, Trad. Ernildo Stein. "Os Pensadores". São Paulo, Abril Cultural, 1979.

HEYDE, Johs. Erich. Ein Beitrag zur Bedeutungsgeschichte der Wortes Typus. *Forschungen und Fortschritte* 19/20:220-223, jul. 1941.

ISENSEE, Josef. *Die Typisierende Verwaltung*. Berlin: Duncker & Humblot, 1976.

JESSUA, Claude. *Capitalismo*. Porto Alegre: L&PM, 2009.

JOYNER, Christopher C. *The United Nations and international law*. Cambridge: Cambridge University Press: American Society of International Law, 1997.

KELSEN, Hans. *Teoria pura do direito*. Trad. João Baptista Machado. 9. ed. Coimbra: Arménio Amado, 1976.

KRUGMAN, Paul. *A crise de 2008 e a economia da depressão*. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

KRUGMAN, Paul; OBSTFELD, Maurice. *Economia internacional: teoria e política*. São Paulo: Makron Books, 2005.

LARENZ, Karl. *Metodologia da ciência do direito*. Trad. José de Sousa Brito e outro. 2. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1978.

LINDGREN ALVES, José Augusto. *Relações internacionais e temas sociais: a década das conferências*. Brasília: Ibrri, 2001.

LOWENFELD, Andreas. *International Economic Law*. Oxford: Oxford University Press, 2003.

LUHMANN, Niklas. *A nova teoria dos sistemas*. In: Clarissa Baeta Neves e outra (coord.). Porto Alegre: Ed. UFRGS-Goethe Institut, 1977.

LUHMANN, Niklas. *La Costituzione come acquisizione evolutiva*. In: Il Futuro della Costituzione. Org. ZAGREBELSKY, Gustavo. Torino, Einaudi, 1996.





UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE DIREITO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

LUHMANN, Niklas. *Sistema Giuridico e Dogmatica Giuridica*. Trad.e Prefácio: Febbrajo, Alberto. Bologna, Ed.II Mulino, 1978.

LUHMANN, Niklas. *Sociologia do direito II*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1985.

LUHMANN, Niklas; *Confianza*. Trad. Amada Flores, Anthropos. Universidad IberoAmericana. Santiago, 1996.

MACHADO E CAMPOS, MIRIAM DE A. *O Princípio da Boa-Fé Objetiva*. No prelo.

MOSQUERA, Roberto Quiroga; SANTI, Eurico Marcos Diniz; ZILVETI, Fernando Aurélio. (Coord.) *Direito tributário; tributação internacional*. São Paulo: Saraiva, 2007.

NASSER, Rabih. *OMC e países em desenvolvimento*. São Paulo: Aduaneiras, 2003.

NEVES, Castanheira. *Questão-de-fato, questão-de-direito ou o problema metodológico da juridicidade*. Coimbra. Almedina, 1967.

NEVES, Clarissa Baeta e outra (coords.). *A nova teoria dos sistemas*. Ed. UFRGS, Goethe Institut, 1977.

NEVES, Marcelo. *Entre Têmis e Leviatã : uma relação difícil*. 1ª. Edição no Brasil. São Paulo, Martins Fontes, 2006.

NEVES, Marcelo. *From the Autopoiesis to the Allopoiesis of Law*. In: *Journal of Law and Society*, vol. 28, nº.2, Blackwell Pub., Oxford, pp. 242-64. Jun. 2001.

PONTES DE MIRANDA. *Comentários à Constituição de 1967, com a Emenda nº.1 de 1969, tomo III, São Paulo, RTr., 1970*.

PONTES DE MIRANDA. *Comentários à Constituição de 1967, com a Emenda nº. 1, de 1969, Tomo V, arts. 153, §2º - 159, 2ª. ed. São Paulo, Revista dos Tribunais, 1974*.

PONTES DE MIRANDA. *Direito Cambiário, vol.I, Letra de Câmbio, Rio de Janeiro, José Olympio Ed.,, 1937*.

PONTES DE MIRANDA. *Tratado de Direito Privado, III, 3ª. ed. São Paulo, Borsoi, 1970*.

PONTES DE MIRANDA. *Tratado de Direito Privado, Parte Especial, tomo XXXII, Rio de Janeiro, Ed.Borsoi, 1961*.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE DIREITO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

PONTES DE MIRANDA. *Tratado de Direito Privado. Parte Especial, tomo XXV*. Rio de Janeiro, Ed. Borsoi, 1959.

RANGEL, Vicente Marota. *Direito e relações internacionais*. 7. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

SCHOUERI, Luis Eduardo. *Preços de transferência no direito tributário brasileiro*. 2ª Ed. São Paulo: Dialética, 2006.

SEITENFUS, Ricardo Antonio Silva. *Manual das organizações internacionais*. 2. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2000.

STEINBRUCK, Peer. *Em defesa do um imposto mundial*. Valor, 28/09/2009.

SUNDFELD, Carlos Ari; VIEIRA, Oscar Vilhena. (Coord.) *Direito global*. São Paulo: Max Limonad, 1999.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. *Repercussão Geral do Recurso Extraordinário (Lei nº 11.418) e Súmula Vinculante no Supremo Tribunal Federal (Lei nº 11.417)*. “Revista Magister de Direito Civil e Processual Civil”, nº 18, mai/jun. 2007.

TORRES, Heleno Taveira. *Comércio internacional e tributação*. São Paulo: Quartier Latin, 2005.

TORRES, Heleno Taveira. *Direito tributário internacional - planejamento tributário e operações transnacionais*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.

TORRES, Heleno Taveira. *Direito tributário internacional aplicado*. São Paulo: Quartier Latin, 2003, v. 1.

TORRES, Heleno Taveira. *Direito tributário internacional aplicado*. São Paulo: Quartier Latin, 2004, v. 2.

TORRES, Heleno Taveira. *Direito tributário internacional aplicado*. São Paulo: Quartier Latin, 2005, v. 3.

TORRES, Heleno Taveira. *Direito tributário internacional aplicado*. São Paulo: Quartier Latin, 2007, v. 4.

TORRES, Heleno Taveira. *Direito tributário internacional aplicado*. São Paulo: Quartier Latin, 2008, v. 5.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE DIREITO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

WEBER, Max. *Economia y sociedad. Esbozo de sociología comprensiva* I. Trad. José Medina Echavarría e outros. 2. ed. México: Fondo de Cultura Económica, 1979.

WEBER-DÜRLER, Beatrice. *Vertrauensschutz im öffentlichen Recht*. Helbing & Lichtenhahn.. Basel – Zürich, 1983.

WELZEL, Hans. *Derecho penal alemán*. 11. ed. Santiago: Ed. Jurídica de Chile, 1976.

WENNRICH, Eberhard. *Die Typisierende Betrachtungsweise im Steuerrecht*. Düsseldorf: Instituts der Wirtschaftsprüfer, 1963.

<b>ÁREA DE ESTUDO: DIREITO E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA</b>
--

REFERÊNCIAS TEMÁTICAS:

REFERÊNCIA TEMÁTICA 1: PROLEGÔMENOS DO DIREITO ADMINISTRATIVO

- ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. Conceito, natureza e fins. Funções do Estado. Administração Pública como organização e como atividade. Administração Pública e Governo. A Administração Pública e os regimes jurídicos público e privado. Poderes da Administração. Evolução da Administração Pública. Reformas administrativas no Brasil.

- DIREITO ADMINISTRATIVO. Conceito. Fontes. Evolução histórica. Direito Administrativo no Brasil.

- REGIME JURÍDICO-ADMINISTRATIVO. Relação jurídico-administrativa. Princípios Constitucionais do Direito Administrativo (expressos e implícitos).

REFERÊNCIA TEMÁTICA 2: SUJEITOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E ENTES DE COLABORAÇÃO

- ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA: Desconcentração de competências. Descentralização política e administrativa. Administração Direta e Indireta. Autarquias, empresas estatais e fundações: conceito, natureza e regime jurídico,



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE DIREITO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO**

características, controle. Agências reguladoras e executivas. Consórcios públicos. Evolução e tendências da organização administrativa.

- ENTIDADES PARAESTATAIS E TERCEIRO SETOR. Conceitos. Serviços sociais autônomos. Entidades de apoio. Organizações Sociais. Organizações da sociedade civil de interesse público. Contratos de gestão.

- AGENTES PÚBLICOS. Espécies. Cargo, emprego e função. Regime constitucional dos servidores públicos. Responsabilidade do agente público: responsabilidade civil, penal e administrativa; responsabilidade por improbidade administrativa.

### REFERÊNCIA TEMÁTICA 3: ATIVIDADE ADMINISTRATIVA

- ATO ADMINISTRATIVO. Conceito, requisitos, elementos, atributos, classificações. Perfeição, validade e eficácia. Extinção. Vinculação e discricionariedade.

- PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. Conceito, requisitos, importância, objetivos, fases, espécies, fundamentos constitucionais.

- LICITAÇÃO. Conceito, finalidades, princípios, modalidades, procedimento licitatório, anulação e revogação, recursos Administrativos.

- CONTRATO ADMINISTRATIVO. Conceito, características, modalidades, extinção.

- SERVIÇO PÚBLICO E INTERVENÇÃO DO ESTADO NO DOMÍNIO ECONÔMICO. Conceito de serviço público. Serviço público e outras atividades da Administração: distinção. Intervenção do Estado no domínio econômico. Limites constitucionais para a caracterização de um serviço como público. Direitos dos usuários. Concessões e permissões de serviço público e seus regimes jurídicos. Poderes, deveres e direitos do delegante, do delegatário e dos usuários. Política tarifária. Extinção da concessão e da permissão.

- PODER DE POLÍCIA. Conceito. Fundamentos. Características. Distinção frente a institutos afins.

### REFERÊNCIA TEMÁTICA 4: ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E PROPRIEDADE

- DOMÍNIO PÚBLICO. Classificação dos bens públicos. Regimes jurídicos. Aquisição e alienação. Uso de bem público por particular.



- INTERVENÇÃO DO ESTADO NA PROPRIEDADE PRIVADA. Função social da propriedade. Ocupação temporária. Requisição. Limitação administrativa. Servidão administrativa. Tombamento. Desapropriação.

#### REFERÊNCIA TEMÁTICA 5: RESPONSABILIDADE E CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

- DIREITOS SUBJETIVOS PÚBLICOS E OBRIGAÇÕES PÚBLICAS. Conceito. Fontes. Lesão do direito do administrado por procedimento ativo ou omissivo da Administração. Situações contenciosas nascidas de violação dos direitos públicos subjetivos do administrado. Iniciativa de promover a apreciação judicial. Execução voluntária das obrigações públicas. Execução coativa: meios diretos e indiretos de coerção em via administrativa.

- RESPONSABILIDADE EXTRACONTRATUAL DO ESTADO. Fundamentos e características. Evolução da responsabilidade do Estado por atos administrativos. Causas excludentes e atenuantes da responsabilidade. Reparação do dano. Ação regressiva. Responsabilidade por atos legislativos e jurisdicionais.

- CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. Conceito, abrangência, controle interno e externo. Controle administrativo, legislativo e jurisdicional. A evolução do controle da Administração Pública no Brasil. Proteção aos direitos individuais, coletivos e difusos. Controle de gestão.

SUGESTÕES DE BIBLIOGRAFIA MÍNIMA (preferencialmente as edições mais recentes):

ARAÚJO, Florivaldo Dutra de. *Motivação e Controle do Ato Administrativo*. 2ª ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2005.

ARAÚJO, Florivaldo Dutra de. *Negociação Coletiva dos Servidores Públicos*. Belo Horizonte: Fórum, 2011.

BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. *Curso de Direito Administrativo*. 30ª ed. São Paulo: Malheiros, 2013.

BATISTA JÚNIOR, Onofre Alves. *Princípio constitucional da eficiência administrativa*. 2ª ed. Belo Horizonte: Fórum, 2012.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE DIREITO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

BATISTA JÚNIOR, Onofre Alves. *Transações Administrativas*. São Paulo: Quartier Latin, 2007.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. *Manual de Direito Administrativo*. 26ª ed. São Paulo: Atlas, 2013.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. *Direito Administrativo*. 26ª ed. São Paulo: Atlas, 2013.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. *Parcerias na Administração Pública: Concessão, Permissão, Franquia, Terceirização e Outras Formas*. 8ª ed. São Paulo: Atlas, 2011.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella; MOTTA, Fabrício; FERRAZ, Luciano de Araújo. *Servidores Públicos na Constituição de 1988*. São Paulo: Atlas, 2011.

FORTINI, Cristiana (org.). *Servidor Público: Estudos em Homenagem ao Professor Pedro Paulo de Almeida Dutra*. Belo Horizonte: Fórum, 2009.

FORTINI, Cristiana. *Contratos administrativos: franquias, concessão, permissão e PPP*. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2009.

FORTINI, Cristiana; PEREIRA, Maria Fernanda Pires de; CAMARÃO, Tatiana Martins da Costa. *Processo Administrativo: Comentários à Lei n.º 9.784/1999*. 2ª ed. Belo Horizonte: Fórum, 2011.

MEDAUAR, Odete. *O Direito Administrativo em Evolução*. 2ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.

MODESTO, Paulo (coord.). *Nova Organização Administrativa Brasileira*. 2ª ed. Belo Horizonte: Fórum, 2010.

MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo. *Mutações do Direito Administrativo*. 3ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Renovar, 2007.

SEABRA FAGUNDES, Miguel. *O Controle dos Atos Administrativos pelo Poder Judiciário*. 8ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2010. (ou 6ª ed. São Paulo: Saraiva, 1984.)



**ÁREA DE ESTUDO: DIREITO PENAL CONTEMPORÂNEO**

REFERÊNCIAS TEMÁTICAS:

- 1) O modelo constitucionalmente orientado de direito penal: princípios constitucionais em matéria penal.
- 2) Relações do direito penal com outros ramos da ciência jurídica: Direito constitucional, administrativo, internacional, econômico, tributário. As ciências penais: filosofia do Direito penal, criminologia, política criminal.
- 3) Teoria da norma penal.
- 4) Conceitos de crime. O conceito analítico do crime: evolução e variações.
- 5) Os principais sistemas da teoria do delito: sistemas causais, finalista. Funcionalismo.
- 6) Tipicidade e causas de sua exclusão.
- 7) Bem jurídico e imputação objetiva.
- 8) Ilícitude penal e causas de sua exclusão.
- 9) Culpabilidade e causas de sua exclusão.
- 10) Direito penal e poder punitivo: conteúdo e função das sanções penais. Das medidas de segurança.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ANTOLISEI, Francesco. *Manuale di diritto penale; parte generale*. 16<sup>a</sup>. ed., Milano: Giuffrè, 2006.

ASSIS TOLEDO, Francisco de. *Princípios Básicos de Direito Penal*. Saraiva; 4. ed., São Paulo, 1996.

BARATTA, Alessandra. *Criminologia crítica e crítica do direito penal; introdução à sociologia do direito penal*. Trad. Juarez Cirino dos Santos. Rio de Janeiro, Revan, 1997.

BATISTA, Nilo. ZAFFARONI, Eugenio Raúl. *Direito penal brasileiro*. Rio de Janeiro, Revan, 2003, v.I.

BATISTA, Nilo. ZAFFARONI, Eugenio Raúl. *Direito penal brasileiro*. Rio de Janeiro, Revan, 2003, v.II, I.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE DIREITO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

BITTENCOURT, Cezar Roberto. *Tratado de direito penal; parte geral*. 13ª. ed., São Paulo: Saraiva, 2008. v. 1.

BRODT, Luís Augusto Sanzo. *Da consciência da Ilícitude no Direito Penal Brasileiro*. Belo Horizonte: Del Rey, 1996.

----- . *Do estrito Cumprimento de Dever Legal*. Porto Alegre: Sergio Fabris, 2005.

----- O direito penal sob a perspectiva funcional redutora de Eugenio Raúl Zaffaroni. *In: Revista Brasileira de Estudos Políticos*. p.97-137, 2011, v. 1.

-----Direito penal, sociedade e constituição. *In: Revista Brasileira de Estudos Políticos.*, p.157-194, 2007, v. 94.

BRUNO, Anibal. *Direito penal; Parte geral*. Rio de Janeiro: Forense, t.1(1967), t.2(1967).

DIAS, Jorge de Figueiredo. *Direito penal; parte geral*. São Paulo: Coimbra e Revista dos Tribunais, 2007.

DIAS, Jorge de Figueiredo. COSTA ANDRADE, Manoel. *Criminologia; o homem delinquente e a sociedade criminológica*. Coimbra: Almedina, 1993.

FERRAJOLI, Luigi. *Direito e razão; teoria do garantismo penal*. Trad. Ana Paula Zomer Sica. Fauzi Hassan Choukr, Juarez Tavares e Luiz Flávio Gomes. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.

----- . *Por uma teoria dos direitos e dos bens fundamentais*. Trad. Alexandre Salim, Alfredo Copetti Neto, Daniela Cademartori, Hermes Zanetti Júnior e Sérgio Cademartori. Porto Alegre: Livraria dos Advogados, 2011.

----- . O direito como um sistema de garantias. *In: O NOVO EM DIREITO E POLÍTICA*. Org. José Alcebíades de Oliveira Júnior. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1997.

FRAGOSO, Heleno Cláudio..

----- . *Lições de direito penal; parte geral*. 15ª. ed., Rio de Janeiro: Forense, 1995.

GARCIA, Basileu. *Instituições de direito penal*. 6ª. ed., São Paulo: Max Limonad, 1982, v. 1 e 2.





UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE DIREITO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

GOMES, Luiz Flávio. *Norma e bem jurídico no direito penal*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

HASSEMER, Winfried. *Introdução aos fundamentos do direito penal*. Pablo Rodrigo Alften da Silva. Porto Alegre: Fabris Editor, 2005.

HUNGRIA, Nélon. *Comentários ao código penal*. Rio de Janeiro: Forense, 1957. v. 1, t. 1 e 2.

JAKOBS, Günther. *Derecho penal; parte general*. Fundamentos y teoría de la imputación. Trad. Joaquin Cuello Contreras e Jose Luis Serrano Gonzales de Murillo. Madrid: Marcial Pons, 1997.

----- . *A imputação objetiva no direito penal*. Trad. André Luís Callegari. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.

LOPES, Jair Leonardo. *Curso de direito penal; parte geral-livro de aulas*. 4. ed., São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.

LUISI, Luiz. *Os princípios constitucionais penais*. 2ª. ed., Porto Alegre: SAFE, 2003.

----- . *O tipo penal e a teoria finalista e a nova legislação penal*. Porto Alegre: Fabris, 1987.

MACHADO, Marta Rodriguez de Assis. *Sociedade do risco e direito penal; uma avaliação de novas tendências político criminais*. São Paulo: Ibccrim, 2005.

MESTIERI, João. *Direito penal; parte geral*. Rio de Janeiro: Forense, 1999.

PRADO, Luiz Régis. *Curso de direito penal brasileiro; parte geral*. 9ª. Ed., São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

----- . *Comentários ao código penal*. 5ª. ed., São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.

REALE JR. *Instituições de direito penal; parte geral*. Rio de Janeiro: Forense, 2002, v. 1 e 2.

QUEIROZ, Paulo. *Direito penal; parte geral*. 3ª. ed., São Paulo: Saraiva, 2006.

MIR PUIG, Santiago. *El derecho penal en el Estado Social y democrático de derecho*. Barcelona, Ariel, 1994.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE DIREITO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

PALAZZO, Francesco. *Valores constitucionais e direito penal*. Trad. Gerson Pereira dos Santos. Porto Alegre: Fabris Editor, 1989, p.16 e 17.

PIRES, Ariosvaldo de Campos. *Compêndio de direito penal; parte geral*. At. por Sheila Jorge Selim de Sales. Rio de Janeiro: Forense, 2005.

PRADO, Luiz Regis. *Bem jurídico-penal e constituição*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

RAMACCI, Fabrizio. *Corso di diritto penale*. 5ª. ed., Torino: Giappicchelli, 2007.

ROXIN, Claus. *Derecho Penal; parte general. Fundamentos. La estructura de la teoría del delito*. Trad y notas. Diego-Manuel Luzón Peñá, Miguel Diaz y Garcia Conlledo e Javier de Vicente Remesal. Madrid: Civitas, 2000, Tomo I, p.203.

----- . *Funcionalismo e imputação objetiva no direito penal*. Trad e Int. Luís Greco. Rio de Janeiro-São Paulo: Renovar, 2000.

----- . *Política criminal e sistema jurídico penal*. Trad. Luís Greco. Rio de Janeiro-São Paulo: Renovar, 2000.

SALES, Sheila Jorge Selim de e PIRES, Ariosvaldo de Campos. Alguns movimentos político-criminais da atualidade. *In: Revista do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais*. São Paulo: RT, 2003, v. 42, p. 295-306.

SALES, Sheila Jorge Selim de. *Escritos de direito penal*. 2ª. ed., Belo Horizonte: Del Rey, 2005.

----- . Princípio da efetividade no direito penal e a importância de um conceito garantista do bem jurídico-penal. *In: Revista dos Tribunais*. São Paulo: RT, 2006, v. 848, p. 416-437.

----- . Acerca da criminologia psicanalítica. *In: Revista do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997, v. 17, p. 222-256.

----- . La codificación del dolo eventual en el movimiento de reforma del código penal italiano. *In: Nos ad justitiam esse natos*. Org. Eugenio Raúl Zaffaroni, José Luis Guzman Dalbora et al. Valparaíso: Edeval, 2011, p. 721-744.

SANTOS, Juarez Cirino dos. *A moderna teoria do fato punível*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2000.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE DIREITO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

----- . *Teoria da pena; fundamentos políticos e aplicação judicial.* Curitiba: Lumen Juris, 2005.

SILVA SÁNCHEZ, Jesús María. *A expansão do direito penal. Aspectos da política criminal nas sociedades pós-industriais.* Trad. Luiz Otávio de Oliveira Rocha. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

TAVARES, Juarez .*Teoria do injusto penal.* Belo Horizonte: Del Rey, 2000.

WELZEL, Hans. *El nuevo sistema de derecho penal; una introducción a la doctrina finalista de la acción.* Trad y notas José Cerezo Mir. Montevideo-Buenos Aires: Bdef, 2003.

VARGAS. José Cirilo de. *Do tipo penal.* 3ª. ed., Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2008.

<b>ÁREA DE ESTUDO: DIREITO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO</b>
--

REFERÊNCIAS TEMÁTICAS:

1 – Constituição Econômica de 1988. Antecedentes históricos. Disciplina jurídica da economia de mercado na atualidade: o papel do Estado e da empresa. A interação entre as políticas econômicas contemporâneas: concorrência, consumidor, propriedade intelectual, regulação, defesa comercial.

2 - Direito da concorrência brasileiro. Influências, história, sistema administrativo. O novo sistema brasileiro de defesa da concorrência.

3 - Direito da concorrência e atos de concentração. Atos de concentração: Conceitos fundamentais e perspectivas históricas norte-americanas, europeias e brasileiras. Requisitos, pressupostos e critérios de aprovação pelo CADE. A jurisprudência do CADE em atos de concentração.

4 - Direito da concorrência e condutas anticompetitivas. Condutas anticompetitivas: Conceitos fundamentais e perspectivas históricas norte-americanas, europeias e brasileiras. A jurisprudência do CADE em controle de condutas anticompetitivas.

5 – Regulação econômica sob o enfoque do Direito Econômico. Regulação setorial. Regulação de preço, qualidade, segurança e entrada. Variável econômica agregada.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE DIREITO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

6 – O Poder Judiciário e o Direito Econômico. Limites e fundamento do controle judicial de políticas econômicas públicas.

7 – Análise Econômica do Direito como método. História e evolução. Contribuições da Law and Economics para o estudo do direito da concorrência brasileiro. Contribuições da Behavioral Law and Economics para o estudo do direito do consumidor brasileiro. Outras influências e contribuições possíveis.

8 - Desenvolvimento Econômico: conceitos e evolução. Direito do Desenvolvimento e Direito ao Desenvolvimento. Políticas econômicas de desenvolvimento. Propriedade Intelectual e suas interfaces com as políticas econômicas de desenvolvimento.

9 – O Direito do Consumidor sob o enfoque do Direito Econômico. Perspectiva constitucional. Direito do consumidor e desenvolvimento econômico.

10 – Direito Ambiental e Direito Econômico. Sustentabilidade, mercado e desenvolvimento econômico. Informações sobre o tema em nível internacional.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA:**

CARPENA, Heloísa. O consumidor no Direito da Concorrência. Rio de Janeiro: Renovar, 2005.

FORGIONI, Paula A. Os fundamentos do antitruste. 3ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.

LARA, Fabiano Teodoro de Rezende. A Análise Econômica do Direito como método e disciplina. Revista da Associação Mineira de Direito e Economia, v. 1, p. 004, 2009.

LARA, Fabiano Teodoro de Rezende. Propriedade intelectual: uma abordagem pela análise econômica do direito. Belo Horizonte: Del Rey, 2010.

LEOPOLDINO DA FONSECA, João Bosco. Direito Econômico. 6a. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2010.

OLIVEIRA, Amanda Flávio de. (Org). Direito Econômico: evolução e institutos. Obra em homenagem ao Professor João Bosco Leopoldino da Fonseca. Rio de Janeiro: Forense, 2009.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE DIREITO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

OLIVEIRA, Amanda Flávio de. O direito da concorrência e o Poder Judiciário. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

OLIVEIRA, Amanda Flávio de. Os desafios do direito do consumidor contemporâneo. Revista Forense, Rio de Janeiro: Editora Forense, v. 402, março-abril 2009, p. 587-595.

OLIVEIRA, Amanda Flávio de. O Sistema Nacional de Defesa do Consumidor – Histórico. Revista de Direito do Consumidor, São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, v. 44, out-dez 2002, p. 97-105.

OLIVEIRA, Amanda Flávio de e RUIZ, Ricardo Machado (coord.). Remédios antitruste. São Paulo: Singular, 2011.

RAGAZZO, Carlos Emmanuel Joppert. Preço Abusivo, eficácia jurídica e análise econômica: afinal, onde está a cabeça de bacalhau?. Revista do IBRAC, v. 19, p. 21-43, 2011.

RAGAZZO, Carlos Emmanuel Joppert. Notas Introdutórias sobre o Princípio da Livre Concorrência. Revista de Direito da Concorrência, v. 6, p. 13-26, 2005.

RAGAZZO, Carlos Emmanuel Joppert. Regulação Jurídica, Racionalidade Econômica e Saneamento Básico. 1. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2011.

RUIZ, RICARDO Machado. Preços Abusivos na Política Antitruste: uma peça com três atores. In: Jefferson Carús Guedes; Juliana Sahione Myrink Neiva (org.). Debates em Direito da Concorrência - Série Publicações da Escola da AGU. Brasília: Advocacia Geral da União, 2011.

SALOMÃO FILHO, Calixto. Direito concorrencial: as condutas. São Paulo: Malheiros, 2003.

SALOMÃO FILHO, Calixto. Direito concorrencial: as estruturas. 2ª ed. São Paulo: Malheiros, 2002.

VAZ, Isabel. A intervenção do Estado no domínio econômico: condições e limites. In: Ives Gandra da Silva Martins Filho, Samantha Ribeiro Meyer-Pflug (org.). A intervenção do Estado no domínio econômico: condições e limites - Homenagem ao Prof. Ney Prado. São Paulo: LTr, 2011.

VAZ, Isabel. O Poder Judiciário e a Aplicação da Lei Antitruste. In: Ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira (Org.). Estudos em Homenagem ao Ministro Adhemar Ferreira Maciel. 1 ed. São Paulo: Saraiva, 2001.



**ÁREA DE ESTUDO: EMPRESA NO MERCADO**

**REFERÊNCIAS TEMÁTICAS:**

- 1- A Empresa familiar: constatações e desafios no cenário jurídico.
- 2- A Empresa em crise econômico-financeira: falência, recuperação judicial e extrajudicial de empresas.
- 3- Sociedades: conceito, tipos, sociedades personificadas e não personificadas; sociedades limitadas; sociedades anônimas e mercado de capitais.
- 4- Surgimento e evolução do direito comercial: do *ius mercatorum* à harmonização e uniformização internacional do direito comercial na União Europeia.
- 5- Mercado financeiro e títulos de crédito, físicos e eletrônicos.
- 6- Análise jurídica da Economia e do Mercado

**BIBLIOGRAFIA:**

- CASTRO, Moema Augusta Soares de et CARVALHO, William Eustáquio de (Coord.). Direito Falimentar Contemporâneo. Porto Alegre: Sérgio Fabris, 2008.
- CASTRO, Moema Augusta Soares de, GONÇALVES, Fernando et WALD, Arnaldo (Coord.). Sociedades Anônimas e Mercado de Capitais: Homenagem ao Prof. Osmar Brina Corrêa-Lima. São Paulo: Quartier Latin, 2011.
- CORRÊA-LIMA, Osmar Brina et LIMA, Sérgio Mourão Corrêa (Coord.). Comentários à Nova Lei de Falência e Recuperação de Empresas. Rio de Janeiro: Forense, 2009.
- CORRÊA-LIMA, Osmar Brina. Sociedade Anônima. Belo Horizonte: Del Rey.
- CORRÊA-LIMA, Osmar Brina. Sociedade Limitada. Rio de Janeiro: Forense.
- DUBOIS, Eduardo M. Favier (Coord.). La Empresa Familiar: Encuadre General, Marco Legal e Instrumentación. Buenos Aires: Ad-Hoc, 2010.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE DIREITO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

FÉRES, Marcelo Andrade. Sociedade em Comum: Disciplina Jurídica e Institutos Afins. São Paulo: Saraiva, 2011.

FORGIONI, Paula Andrea. A Evolução do Direito Comercial Brasileiro: Da Mercancia ao Mercado. São Paulo: RT, 2009.

FORTUNA, Eduardo. Mercado Financeiro. Rio de Janeiro: Qualitymark Editora.

GALGANO, Franceso. Storia del Diritto Commerciale. Bologna: Il Mulino, 1976.

LIMA, Sérgio Mourão Corrêa. Análise Jurídica da Economia. In: Revista de Direito Mercantil, v. 159/160, pp. 53/86, 2012.

MELO, Marcelo et MENEZES, Paulo Lucena de (Coord.). Acontece nas Melhores Famílias: repensando a Empresa Familiar. São Paulo: Saraiva, 2008.

MENEZES CORDEIRO, António. Direito Europeu das Sociedades. Coimbra: Almedina, 2005.

PRADO, Roberta Nioac (Coord.). Empresas Familiares: Governança Corporativa, Governança Familiar e Governança Jurídica. São Paulo: Saraiva, 2011.

TOMAZETTE, Marlon. Curso de Direito Empresarial: v. 2. Títulos de Crédito. São Paulo: Atlas, 2011.

<b>ÁREA DE ESTUDO: DIREITO INTERNACIONAL CONTEMPORÂNEO</b>
--

REFERÊNCIAS TEMÁTICAS:

1. Nova Ordem Internacional
2. Sujeitos de Direito internacional
3. Fontes do Direito Internacional
4. Relações entre Direito Interno e Direito Internacional
5. Organizações Internacionais: teoria geral
6. Organização Mundial do Comércio - OMC
7. Fundo Monetário Internacional - FMI & Banco Mundial
8. União Européia - EU
9. Mercado Comum do Sul - MERCOSUL
10. Solução Pacífica de Conflitos Internacionais no seio das Organizações Internacionais



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE DIREITO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

**BIBLIOGRAFIA INDICADA:**

AMERASINGHE, C. F. Principles of Institutional Law of International Organizations. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

CRAIG, Paul. DE BÚRCA, Gráinne. EU Law: text, cases and materials. Oxford: Oxford University Press, 2009.

MACHADO, Jónatas E. M. Direito Internacional: do paradigma clássico ao pós 11 de setembro. Coimbra: Coimbra Editora, 2006.

MOTA, Pedro infante. O Sistema GATT/OMC: introdução histórica e princípios fundamentais. Lisboa: Almedina, 2005.

SILVA, Roberto Luiz. Direito internacional público. 4ª edição. Belo Horizonte, Del Rey, 2010.

**Linha de Pesquisa 2: Direitos Humanos e Estado Democrático de Direito: fundamentação, participação e efetividade**

**ÁREA DE ESTUDO: DIREITO POLÍTICO**

**REFERÊNCIAS TEMÁTICAS:**

- 1 - A ideia de justiça política: eficácia jurídica do princípio democrático
- 2 - Dos direitos e garantias políticas : distinção entre direito fundamental e garantia institucional
- 3 - Participação política como liberdade fundamental : o Estado da Justiça
- 4 - Da Educação em Direitos Humanos face a natureza das liberdades públicas
- 5 - Direitos Humanos e Liberdades Públicas : alcance e limites
- 6 - Participação política como estratégia de planejamento de políticas públicas
- 7 - Partidos Políticos
- 8 - Princípios do Direito Eleitoral na Constituição da Republica Federativa do Brasil - 1988
- 9 - Sistemas Eleitorais
- 10- Justiça Eleitoral : da legitimação pelo procedimento

**BIBLIOGRAFIA**

ALVES, José Augusto Lindgren. A Arquitetura Internacional dos Direitos Humanos. São Paulo: FTD, 1997.





UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE DIREITO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

ALEXY, Robert. Teoría de los derechos fundamentales. Trad. Garzón Valdés. Madrid, Centro de Estudios Constitucionales, 1993.

BOBBIO, Norberto. Estado, governo e sociedade: para uma teoria geral da política. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

BONAVIDES, Paulo. Ciência política. São Paulo: Malheiros, 2004.

CAMPOS, Adriana. Soberania e processo eleitoral; in Soberania: antigos e novos paradigmas. Adrian Sgarbi et al. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2004.

CAMPOS, Adriana. ANDRADE NETO, João. Liberdade e segurança: o impacto de um conflito (aparente) entre princípios. Justiça em Revista. V.1, p. 88-102, Belo Horizonte, 2010.

CALVET DE MAGALHÃES, Theresa. Filosofia analítica e filosofia política: a dimensão pública da linguagem. Belo Horizonte. Arraes Editores. 2011.

CALVET DE MAGALHÃES, Theresa. Ação, linguagem e poder: Uma releitura do capítulo V [Action] da obra The Human Condition. 2007. Disponível em: <http://www.fafich.ufmg.br/~tcalvet>

CÂNDIDO, Joel J. Direito Eleitoral brasileiro. Bauru, SP: Edipro, 2007.

CANÇADO TRINDADE, Antonio Augusto. “Memorial em prol de uma nova mentalidade quanto à proteção dos direitos humanos nos planos internacional e nacional”. Belo Horizonte: Mandamentos e Curso de Pós-Graduação da Faculdade de Direito da UFMG, Revista de Direito Comparado, Belo Horizonte, 1998, v. 3.

CATTONI DE OLIVEIRA, Marcelo Andrade. *Direito, política e filosofia*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007.

DERRIDA, Jacques. Force of Law: The “mystical foundation of authority”. In: Drucilla Cornell (org.) Deconstruction and the Possibility of Justice. New York: Routledge, 1992, pp. 3-67.

FAHEL, Murilo e NEVES, Jorge A. Barbosa. Gestão e Avaliação de Políticas Públicas no Brasil. Editora Pucminas.

FERRAJOLI, Luigi. Los fundamentos de los derechos fundamentales. Trad. Perfecto Andrés et ali. Madrid: Trotta, 2001.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE DIREITO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

GALUPPO, Marcelo. *Igualdade e diferença: Estado Democrático de Direito a partir do pensamento de Habermas*. Belo Horizonte: Mandamentos, 2002.

GOYARD-FABRE, Simone. *Os princípios filosóficos do direito político moderno*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

GOMES, José Jairo. *Direito Eleitoral*. Del'Rey, 4.ed., Belo Horizonte, 2010.

GUSTIN, Miracy Barbosa de Sousa. *Das necessidades humanas aos direitos: ensaio de sociologia e filosofia do direito*. Belo Horizonte: Del Rey, 1999.

HABERMAS, Jürgen. *A inclusão do outro*. São Paulo: Loyola, 2002.

HÖFFE, Otfried. *Justiça Política*. Martins Fontes, São Paulo, 2006.

MACIEL, Débora Alves; KOERNER, Andrei. *Sentidos da Judicialização da Política: Duas Análises*. Lua Nova, n. 57, 2002.

MAGALHÃES, José Luiz Quadros de. *Direitos Humanos na Ordem Jurídica Interna*. Belo Horizonte, Interlivros, 1992.

MOUFFE, Chantal. *O regresso do político*. Lisboa: Gradiva, 1996.

LEBRETON, *Libertés publiques et droits de l'homme*. Armand Colin, Paris, 1995.

PIOVESAN, Flávia. *Direitos humanos e o direito constitucional internacional*. São Paulo: Saraiva, 2011.

RIBEIRO, Fávila. *Direito Eleitoral*. 5ª ed., Rio de Janeiro: Forense, 1998.

SALCEDO REPOLÊS, Maria Fernanda. *Habermas e a desobediência civil*. Belo Horizonte: Mandamentos, 2003.

<b>ÁREA DE ESTUDO: DIREITO E PODER JUDICIÁRIO</b>
---

REFERÊNCIAS TEMÁTICAS:

1. Estrutura do poder judiciário brasileiro e os desafios do século XXI
2. Os exemplos estrangeiros de atuação do Judiciário
3. O sistema do "civil law" e a realidade brasileira
4. A formação dos precedentes e sua aplicação no país



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE DIREITO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

5. A atuação não jurisdicional dos tribunais
6. A inefetividade parcial da jurisdição: causas e soluções
7. A tecnologia a serviço da efetividade da jurisdição
8. A relação institucional nos diversos ramos do judiciário e a relação entre as funções do Estado: importância
9. As demandas de massa e suas soluções
10. A comunicação entre o judiciário e a sociedade

BIBLIOGRAFIA:

- BARBOSA MOREIRA, José Carlos. *Temas de Direito Processual*. 5ª série. São Paulo: Saraiva, 1994. 225p.
- \_\_\_\_\_. *Temas de Direito Processual*. 9ª série. São Paulo: Saraiva, 2007. 423p.
- CAMPILONGO, Celso Fernandes. *Direito e democracia*. 2. ed. São Paulo: Max Limonad, 2000. 141p.
- \_\_\_\_\_. *Política, sistema jurídico e decisão judicial*. São Paulo: Max Limonad, 2002. 193p.
- CHIOVENDA, Giuseppe. *Instituições de Direito Processual Civil*. Trad. Paolo Capitanio. Campinas: Bookseller, 1998. 519p. v.1.
- CORSI, Giancarlo. Valores y derechos fundamentales en perspectiva sociológica. *Metapolítica*, México, n. 20, out./dez. 2001.
- \_\_\_\_\_. Sociologia da Constituição. Trad. Juliana Neuenschwander Magalhães. *Revista da Faculdade de Direito da UFMG*, Belo Horizonte, n. 35, jan./jun. 2001.
- FARIA, José Eduardo. *Direito e justiça no século XXI: a crise da justiça no Brasil*. Disponível em: <<http://www.ces.uc.pt/direitoXXI/comunic/JoseEduarFaria.pdf>>. Acesso em: 27 ago. 2007.
- GALUPPO, Marcelo Campos. Elementos para uma compreensão metajurídica do processo legislativo. *Cadernos da Pós-Graduação da Faculdade de Direito da UFMG*. Belo Horizonte, p. 7-28, 1995.
- GONÇALVES, Aroldo Plínio. *Técnica processual e teoria do processo*. Rio de Janeiro: Aide Editora, 1992b. 220p.
- GRAU, Eros Roberto. *O Direito posto e o Direito pressuposto*. 6. ed. São Paulo: Malheiros, 2005. 317p.
- GUIMARÃES, Mario. *O juiz e a função jurisdicional*. Rio de Janeiro: Forense, 1958. 445p.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE DIREITO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

- HADDAD, Carlos Henrique Borlido. *Fatores de produtividade: proposta de avaliação de desempenho do magistrado federal*. Disponível em: <<http://daleth.cjf.gov.br/revista/monografia10.pdf>>. Acesso em: 27 ago. 2007.
- LUHMANN, Niklas. A posição dos tribunais no sistema jurídico. *Revista AJURIS*, Porto Alegre, n. 49, jul. 1990.
- MACIEL-GONÇALVES, Gláucio. *Observação Jurídico-Sociológica da Lei dos Juizados Especiais Federais*. Tese (Doutorado em Direito). Faculdade de Direito da UFMG, 2008. 155p.
- NEUENSCHWANDER MAGALHÃES, Juliana. *O uso criativo dos paradoxos do direito: a aplicação dos princípios gerais do direito pelo Tribunal de Justiça europeu*. 1994. 180p. Dissertação (Mestrado em Direito) - Faculdade de Direito da UFSC, Florianópolis, 1994.
- NOVAES, Elizabete David. Perspectiva sociológica e pluralismo jurídico: A necessidade de superação do bacharelismo-tecnista na formação do profissional do direito. *Revista Sociologia Jurídica*, n. 1, jul./dez. 2005. Disponível em: <<http://www.sociologiajuridica.net>>. Acesso em: 8 ago. 2007.
- Observatório Permanente da Justiça Portuguesa. Laboratório associado à Universidade de Coimbra. Diversos textos. Disponível em: <<http://opj.ces.uc.pt>>. Acesso em: 09 jan. 2012.
- OST, François. *O tempo do direito*. Trad. Élcio Fernandes. Bauru: Edusc, 2005. 410p.
- SILVA, Paulo Eduardo Alves da. *Gerenciamento de Processos Judiciais*. São Paulo: Saraiva, 2010. 168p.
- VIANNA, Luiz Werneck *et al.* *Corpo e alma da magistratura brasileira*. 3. ed. Rio de Janeiro: Revan, 1997. 336p.

**ÁREA DE ESTUDO: ACESSO A JUSTIÇA E SOLUÇÃO DE CONFLITOS**

REFERÊNCIAS TEMÁTICAS:

1. Acesso à Justiça no Brasil. História e contemporaneidade.
2. Políticas Públicas e Judiciárias para Acesso à Justiça.
3. A revolução democrática de Justiça de Boaventura de Souza Santos: aspectos e debates inadiáveis.
4. Hiper e hipossuficiência dos litigantes, dimensões do litígio e seus efeitos jurídico-processuais.
5. Desigualdade e geografia do acesso – diagnósticos, análises, desafios e perspectivas.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE DIREITO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

6. Meios consensuais judiciais e extrajudiciais de resolução de conflitos no Brasil e no mundo.
7. Instrumentos jurídico-institucionais para a efetividade do Direito e do Processo e o Acesso à Justiça.
8. Mediação: arenas de atuação, tipos, possibilidades, socialização jurídica, intersubjetividade, intercompreensão, ação pedagógica, formação e informação, transformação e constituição.
9. Justiça Restaurativa: Aplicabilidades no direito interno e externo. Espaços e constituição. Visão crítica. História e futuro.
10. Recrutamento e formação dos atores ligados às funções essenciais de Justiça e Acesso à Justiça.
11. Acesso à Justiça: educação e formação em Direitos Humanos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS:

BROCHADO, Mariá, ABREU, Décio e FREITAS, Natália. (Org.) *Educação em direitos humanos: uma contribuição mineira*. Belo Horizonte: Ed. UFMG: Proex, 2009.

CAPPELLETTI, Mauro; GARTH, Bryant. *Acesso à justiça*. Porto Alegre: Fabris, 1988.

COMPARATO, Fábio Konder. *A Afirmação Histórica dos Direitos Humanos*. São Paulo: Saraiva, 2001.

DIAS, Maria Tereza Fonseca. *Mediação, Cidadania e Emancipação Social. A experiência da implantação do centro de mediação e cidadania da UFOP e outros ensaios*. Belo Horizonte: Forum. 2010.

DURKHEIM, Émile Durkheim. *Da divisão do Trabalho Social*. Tradução: Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes. 4 ed, 2010.

FARIA, José Eduardo. *Direito e Justiça no século XXI: a crise da Justiça no Brasil*. Texto apresentado no Colóquio Internacional – Direito e Justiça no Século XXI, Coimbra, 29 a 31 de maio de 2003.

GALANTER, Marc. Why the 'haves' come out ahead: speculations on the limits of legal change. *Denver: Law and Society Society Review, The Association*, vol. 9, n.1, 1974.

GARAPON, Antoine. *Bem Julgar: Ensaio sobre o ritual do Judiciário*. Instituto Piaget. 1997.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE DIREITO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

GUSTIN, Miracy Barbosa de Sousa. “Resgate dos direitos humanos em situação adversas de países periféricos”. Revista da Faculdade de Direito da UFMG, Belo Horizonte, no. 47. 2005 – p. 181-216.

MANCUSO, Rodolfo de Camargo. A resolução dos conflitos e a função judicial no contemporâneo estado de direito. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2010.

MAIOR, Jorge Luiz Souto. A efetividade do processo. In: Curso de Direito do Trabalho - vol. 4: Direito Processual do Trabalho. São Paulo: LTr, 2009.

MAIOR, Jorge Luiz Souto. Direito processual do trabalho: efetividade, acesso à justiça. São Paulo: LTr, 1998.

MARTINS, Nádia Beviláqua. *Resolução alternativa de conflito: complexidade, caos e pedagogia - o contemporâneo continuum do direito*. Curitiba: Juruá, 2006.

MORIN, Edgar. A religação dos saberes: o desafio do século XXI. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

MORIN, Edgar & LE MOIGNE, Jean-Louis. A inteligência da complexidade. São Paulo: Peirópolis, 1999.

NALINI, José Renato. *A rebelião da toga*. Campinas: Millenium, 2006.

NALINI, José Renato. *O Juiz e o acesso à justiça*. 2ª ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2000.

NAZARETH SERPA, Maria de. *Teoria e prática da mediação de conflitos*. São Paulo: Editora Lumen Júris, 1999.

NICACIO, Camila. Direito e Mediação de conflitos: entre metamorfose da regulação social e administração plural da justiça.

ORSINI, Adriana Goulart de Sena. (coord.) Dignidade Humana e Inclusão Social. *Resolução de conflitos e acesso à Justiça: efetividade material e judicial*. São Paulo: LTr, 2010.

ORSINI, Adriana Goulart de Sena. *Formas de resolução dos conflitos e acesso à justiça*. Revista RDT – Revista de Direito Trabalhista, ano 13, n. 09, setembro/2007 p. 10/19.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE DIREITO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

ORSINI, Adriana Goulart de Sena. *Processo do Trabalho: sonho, desejo e realidade*. In: RENAULT, Luiz Otávio Linhares; VIANA, Márcio Tulio e CANTELLI, Paula Oliveira (org.) *Discriminação*. São Paulo: LTr, 2010 – p. 279-288.

PAULA, João Antônio de. (org.) *A transdisciplinaridade e os desafios contemporâneos*. Belo Horizonte: Ed. UFMG. 2008.

PINTO, Renato Sócrates Gomes. *Justiça Restaurativa é possível no Brasil?* In SLAKMON, C., R De Vitto e R. Gomes Pinto, org., 2005. *Justiça restaurativa: (Brasília – DF: Ministério da Justiça e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD) . p. 19-40.*

PIOVESAN, Flávia. *Direitos humanos: desafios e perspectivas contemporâneas*. Revista do Tribunal Superior do Trabalho, v. 75, p. 107-113, 2009.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Para uma Revolução Democrática da Justiça*. São Paulo: Cortez, 2007.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Pela mão da Alice*. São Paulo: Cortez, 2000. 12<sup>a</sup> ed. 2008.

SANTOS, Boaventura de Souza, MARQUES, Maria Manuel Leitão, PEDROSO, João e FERREIRA, Pedro Lopes. *Os Tribunais nas Sociedades Contemporâneas. O caso português*. Porto: Edições Afrontamento, 1996.

SILVA, José Afonso. *Acesso à justiça e cidadania*. Revista de Direito Administrativo, Rio de Janeiro, n. 216, abril a junho de 1999, pág. 9/23.

VIANA, Márcio Túlio. *O dia-a-dia do juiz e as discriminações que o acompanham*. *Discriminação*. São Paulo: LTR, p. 271-4.

WARAT, Luis Alberto. *O ofício do mediador*. Volumes: I, II e III. Florianópolis: Habitus, 2001.

WATANABE, Kazuo. *Acesso à justiça e sociedade moderna* in GRINOVER, Ada Pellegrini ET AL. (coord.) *Participação e processo*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1988.



**ÁREA DE ESTUDO: DIREITO E PROCESSO COLETIVO**

REFERÊNCIAS TEMÁTICAS:

1. As Principais ações coletivas no Direito Processual Brasileiro e seus respectivos objetos;
2. Aspectos controvertidos quanto à legitimação ativa e à passiva nos processos coletivos;
3. A atuação do Ministério Público nas ações coletivas;
4. Evolução histórica da tutela dos direitos coletivos e individuais homogêneos no Direito brasileiro;
5. A tutela dos direitos coletivos e dos individuais homogêneos no Estado de Direito Democrático;
6. O processo coletivo e a judicialização de políticas públicas no Estado de Direito Democrático;
7. Aspectos controvertidos quanto à coisa julgada nas ações coletivas em sentido lato;
8. A execução das decisões de procedência nas ações coletivas no sistema processual brasileiro;
9. O processo coletivo como meio de acesso à justiça no Estado de Direito Democrático;]
10. O Direito Constitucional Brasileiro como fonte de tutela aos direitos coletivos em sentido lato.

Sugestão de Referências Bibliográficas:

1. ALMEIDA, Gregório Assagra. Direito coletivo brasileiro: autonomia metodológica e superação da summa divisio público e direito privado, pela summa divisio constitucionalizada e relativizada, direito coletivo e direito individual. Belo Horizonte: Del Rey, 2007.
2. \_\_\_\_\_ Direito processual coletivo brasileiro: um novo ramo do direito processual> São Paulo: Saraiva, 2003.





UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE DIREITO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

3. \_\_\_\_\_ Manual das ações constitucionais. Belo Horizonte: Del Rey, 2007.
4. BUENO, Cássio Scarpinella. Curso sistematizado de direito processual civil: direito processual coletivo e direito processual público. São Paulo: Saraiva, v.2, Tomo III, 2010.  
  
CAPPELLETTI, Mauro. Acesso à justiça. Tradução de Ellen Gracie Northfleet. Porto Alegre: Sérgio A. Fabris Editor. 1998.
5. DIDIER JR., Fredie e ZANETI JR. Hermes. Curso de direito processual civil: processo coletivo. Salvador: Jus PODIVM. 2007, v. 4.
6. FREIRE JR. Américo Bedê. O controle judicial de políticas públicas. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005
7. LEAL, Flávio Mafra. Ações coletivas: história, teoria e prática. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris, 1998.
8. LEONEL, Ricardo de Barros. Manual do processo coletivo. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.
9. SARLET, Ingo Wolfgang; MARINONI, Luiz Guilherme e MITIDIERO, Daniel. Curso de direito constitucional. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012.
10. SANTOS, Boaventura de Sousa. Para uma revolução democrática da justiça. São Paulo: Cortez, 2011.
11. THIBAU, Tereza Cristina Sorice Baracho. A legitimação ativa nas ações coletivas. Tese de doutorado. Belo Horizonte. Faculdade de Direito da UFMG, 2003.
12. ZAVASCKI, Teori Albino. Processo coletivo: tutela de direitos coletivos e tutela coletiva de direitos. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006.



**ÁREA DE ESTUDO: Administração da Justiça, Governança Pública e Efetividade dos Direitos**

**REFERÊNCIAS TEMÁTICAS:**

- 1 – Epistemologia e democracia (I): A crise de racionalidade da ciência e da filosofia modernas. Desafios de uma concepção neoparadigmática da teoria da democracia contemporânea.
- 2 - Epistemologia e democracia (II). O conceito de "razão aberta", o princípio da complexidade e a responsabilidade do pesquisador perante a sociedade e o homem em Edgar Morin.
3. A crítica epistemológica e a concepção pós-moderna do direito em Boaventura Santos.
- 4 - Constitucionalismo e “neoconstitucionalismo” (I). A função da constituição e as relações entre o estado e a sociedade no Estado Democrático de Direito. Cidadania e participação.
- 5 – Fundamentos constitucionais do Estado brasileiro e os princípios da democracia integral e da ética de responsabilidade em Adela Cortina: uma aproximação possível?
- 6 – Constitucionalismo e “neoconstitucionalismo” (II) A função do Poder Judiciário no Estado Democrático de Direito e a missão atribuída ao Poder Judiciário nacional no Plano Estratégico do Poder Judiciário Nacional (Resolução 70, CNJ e Anexos).
7. Administração da justiça: o instituto da cooperação judiciária instituído pela Recomendação 38 do Conselho Nacional de Justiça nas perspectivas da duração razoável do processo, da gestão judiciária e da administração da justiça. (Recomendação 38, CNJ e Anexos).



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE DIREITO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

- 6- Núcleos Intersindicais de Conciliação Trabalhista. Fundamentos. Princípios. Estrutura e funcionamento. O equívoco da equiparação do instituto ao das Comissões de Conciliação Prévia.
- 7- O princípio da razão dialógica (intersubjetiva) e a teoria do discurso em Habermas. A ação comunicativa pública e sindical na teoria do Sistema Ninter.
8. Fundamentos filosóficos e político-constitucionais do princípio de democracia imanente ao sistema Núcleo Intersindical de Conciliação Trabalhista. “Neconstitucionalismo”.
9. Participação do sindicatos na administração da justiça. A prevenção e a resolução de conflitos individuais e coletivos no sistema Núcleo Intersindical de Conciliação Trabalhista.
10. Diálogo e concertação social como técnicas de governança pública e de administração da justiça no sistema Núcleo Intersindical de Conciliação Trabalhista.

**BIBLIOGRAFIA:**

- BARACHO, José Alfredo de Oliveira. Teoria geral da cidadania - a plenitude da cidadania e as garantias constitucionais e processuais. São Paulo: Saraiva, 1995.
- BARACHO, José Alfredo de Oliveira. O princípio da subsidiariedade - conceito e evolução. Rio de Janeiro: Forense, 1997.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. A crítica da razão indolente - contra o desperdício da experiência. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2002.
- SANTOS, Boaventura de Sousa; MARQUES, Maria Manuel Leitão; PEDROSO, João; FERREIRA, Pedro Lopes. Os tribunais nas sociedades contemporâneas: O Caso Português. Porto: Centro de Estudos Judiciários Afrontamento, 2. ed. 1996.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE DIREITO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para uma revolução democrática da justiça. São Paulo: Cortez, 3 ed. 2011.

MORIN, Edgar. Ciência com consciência. Trad. Maria D. Alexandre e Maria Alice Sampaio Dória. 7. ed. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2003.

\_\_\_\_\_. O método 3 - conhecimento do conhecimento. Trad. Juremir Machado da Silva. 2. ed. Porto Alegre: Sulina, 1999.

NEVES, Marcelo. Do consenso ao dissenso: o Estado democrático de direito a partir e além de Habermas. In: SOUSA, Jessé (org.). Democracia hoje - novos desafios para a teoria democrática contemporânea. Brasília: UnB, 2001.

HABERMAS, Jürgen. Consciência mora! e agir comunicativo. Trad. Guido Antônio de Almeida. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

YOUNG, íris Marion. Comunicação e o outro: além da democracia deliberativa. In: SOUSA, Jessé (Org.). Democracia hoje - novos desafios para a teoria democrática contemporânea. Brasília: UnB, 2001, p. 365-386.

CORTINA, Adela. Razon comunicativa y responsabilidad solidária. Salamanca: Ediciones Sígueme S.A., 1985. “De la ética de la ciência a la ética de la argumentación” p. 92- 110; “Bosquejo de uma ética dialógica de la responsabilidad solidaria” p. 155-177; “Limites dela ética discursiva?” p. 233-262.

CAPPELLETTI, Mauro; GARTH, Bryant. Acesso à justiça. Trad. e rev. Ellen Grade Northfleet. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2002.

CALAME, Pierre; TALMANT, André. A questão do Estado no coração do futuro. Trad. Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 2001.

CAMANDUCCI, Paolo. Formas de (neo)constitucionalismo: un análisis metateórico. In: CARBONELL, Miguel. Neoconstitucionlismo(s). Madrid: Editorial Trotta, 2003.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE DIREITO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

ZAGREBELSKY, Gustavo. El Derecho dúctil. Trad. Marina Gascón. 6. ed. Madrid: Editorial Trotta, 2005. “Del estado de derecho al estado constitucional” p 21-41; “El derecho por principios” p. 109- 126;

CARVALHO NETTO, Menelick. Requisitos pragmáticos da interpretação jurídica sob o paradigma do estado democrático de Direito. Revista de Direito Comparado (UFMG), Belo Horizonte, v.3, p.473-486, [19--].

CITTADINO, Gisele. Pluralismo, Direito e justiça distributiva - elementos de filosofia constitucional contemporânea. Rio de Janeiro: Lumen Juris. 1999.

CORTINA, Adela. Razon comunicativa y responsabilidad solidária. Salamanca: Ediciones Sígueme S.A., 1985.

DIAZ, Elias. Legalidad - legitimidad en la sociedad democrática. Madrid: Civitas, 1978.

FARIA, José Eduardo. Os novos desafios da justiça do trabalho. São Paulo: LTr, 1995.

FARIA, José Eduardo (Org.). Direito e justiça - função social do judiciário. São Paulo, Editora Ática, 1997.

FARIA, José Eduardo (Org.). Direitos Humanos, Direitos Sociais e justiça. 3. ed. São Paulo: Malheiros, 1998.

FARIA, José Eduardo. O direito na economia globalizada. São Paulo: Malheiros, 1999.

FARIA, José Eduardo. Os novos desafios da justiça do trabalho. São Paulo: LTr, 1995.

GALUPPO, Marcelo Campos. Os princípios jurídicos no Estado Democrático de Direito: ensaio sobre o modo de sua aplicação. Revista de Informação Legislativa. Brasília. a.36, n.143, jul./set. 1999.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE DIREITO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

GOMES, Leonel. Epistemología e democracia. 2. ed. São Leopoldo: Unisinos, 2005.

GRINOVER, Ada Pellegrini (Coord.) Processo e participação. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1988.

HABERLE, Peter. Hermenêutica constitucional - a sociedade aberta dos intérpretes da Constituição: contribuição para a interpretação pluralista e "procedimental" da Constituição. Trad. Gilmar Ferreira Mendes. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 1997.

LEAL, Rogério Gesta; ARAÚJO, Luiz Ernani Bonesso (Orgs.). Direitos Sociais & políticas públicas - desafios contemporâneos. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2001.

MORIN, Edgar. Introdução ao pensamento complexo. Trad. Eliane Lisboa. Porto Alegre: Sulina, 2005.

MORIN, Edgar; MOIGNE, Jean-Louis le. A inteligência da complexidade. Trad. Nurimar Marta Falei. 2.ed. São Paulo: Editora Peirópolis, 2000.

SOUSA, Jessé (Org.). Democracia hoje - novos desafios para a teoria democrática contemporânea. Brasília: UnB, 2001.

STRECK, Lenio Luiz. Hermenêutica jurídica e(m) crise - uma exploração hermenêutica da construção do direito. 3. ed. rev. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2001.

TORRES, Silvia Faber. O princípio da subsidiariedade no Direito Público contemporâneo. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

VASCONCELOS, Antônio Gomes de. Pressupostos Filosóficos e Político-Constitucionais para a aplicação do Princípio da Democracia Integral e da Ética de Responsabilidade na Organização do Trabalho e na Administração da Justiça: o Sistema Núcleos Intersindicais de Conciliação Trabalhista. Estudo de caso - a questão trabalhista regional e os resultados da instituição matricial de Patrocínio -



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE DIREITO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

MG (1994-2006). 907 f. Tese (Doutorado). Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Direito, defendida em dezembro/2007. (Disponível em [www.bibliotecadigital.ufmg.br](http://www.bibliotecadigital.ufmg.br), durante o processo seletivo 2013 – do Programa de Pós Graduação da FDUFG, 2013).

VASCONCELOS, Antônio Gomes de. A função dos conselhos tripartites dos núcleos intersindicais de conciliação trabalhista: a organização intercategoriais das relações de trabalho (regulamentação, administração, prevenção e resolução dos conflitos) orientada pelo princípio da subsidiariedade ativa. 2002. 496 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Direito, 2002.

VASCONCELOS, Antônio Gomes de; GALDINO, Dirceu. Núcleos Intersindicais de Conciliação Trabalhista - fundamentos, princípios, criação, estrutura e funcionamento. São Paulo: LTr, 1999.

VASCONCELOS, Antônio Gomes de. O sistema NINTER-CENEAR - fundamentos político-constitucionais, projeto de lei dos núcleos intersindicais de conciliação trabalhista e do Sistema NINTER-CENEAR, justificção. Araguari: Fundação CENEAR, Série NINTER, v.5, 2001b.

VASCONCELOS, Antônio Gomes de. Núcleo Intersindical de Conciliação Trabalhista (NINTER) - manual básico. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego (SRT), 2000a.

VASCONCELOS, Antônio Gomes de. Sindicatos na administração da justiça. Repertório de jurisprudência trabalhista de Minas Gerais, Belo Horizonte: Dei Rey, 1995b.

VASCONCELOS, Antônio Gomes de. Núcleo intersindical de conciliação trabalhista rural de Patrocínio. Suplemento LTr n. 195. São Paulo: LTr, 1995c.

II ENCONTRO NACIONAL DE MAGISTRADOS DE COOPERAÇÃO DA REDE NACIONAL DE COOPERAÇÃO JUDICIÁRIA. PROJETO DE REGULAMENTO DO



SISTEMA NACIONAL DE COOPERAÇÃO JUDICIÁRIA DO PODER JUDICIÁRIO, SÃO PAULO, 2013. (Disponível em [www.prunart.org](http://www.prunart.org)).

CHAVES JÚNIOR, José Eduardo de Resende. O novo paradigma da cooperação judiciária. Revista eletrônica Jus Navigandi: Teresina, ano 17, nº. 3116, 12 de janeiro de 2012. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/20841>>. Acesso em: 20 de setembro de 2013.

CHAVES JÚNIOR, José Eduardo de Resende. CNJ deve difundir a cultura da cooperação no judiciário. Revista eletrônica Consultor Jurídico (Conjur): São Paulo, 16 de novembro de 2011. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2011-nov-16/cnj-difundir-cultura-cooperacao-judiciario-vez-conflitos>>. Acesso em 20 de setembro de 2013.

#### ÁREA DE ESTUDO: GARANTIAS PROCESSUAIS PENAIS

##### REFERÊNCIAS TEMÁTICAS:

1. Sistemas processuais penais.
2. Iniciativa probatória do juiz e a composição democrática das decisões judiciais.
3. A construção da verdade no processo penal sob o marco do constitucionalismo democrático.
4. Prisões provisórias, medidas cautelares, *habeas corpus* e o princípio da presunção de inocência.
5. Princípios constitucionais aplicáveis ao processo penal.
6. Recursos e nulidades: a efetividade do processo sob os parâmetros de um Estado de Direito.
7. A natureza jurídica do processo penal.
8. Investigação preliminar criminal.
9. Proposta do novo código de processo penal. Aspectos favoráveis e contrários ao modelo proposto.
10. Limites ao exercício do direito à prova no processo penal.





**ÁREA DE ESTUDO: TEORIA E HERMENÊUTICA DOS DIREITOS HUMANOS**

REFERÊNCIAS TEMÁTICAS:

1. Meta-teoria do direito: a metodologia e a natureza da teoria do direito, da filosofia e da dogmática jurídica;
2. Teorias contemporâneas da argumentação jurídica;
3. Teoria dos direitos fundamentais: suas relações com a teoria da argumentação, com a teoria política e com a hermenêutica constitucional;
4. A legitimidade do direito na sua tensão entre positividade e validade discursiva.
5. Hermenêutica e Jurisdição Constitucional
6. Teorias contemporâneas da Constituição
7. Teorias contemporâneas da Democracia
8. Fundamentação dos direitos humanos entre moralidade e juridicidade
9. Discurso positivista e discurso pós-positivista: fundamentação moral do direito
10. Argumentação moral e argumentação jurídica: “dar a cada um o que lhe é devido”; “dar a cada um o seu *direito*”

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA:

ALEXY, Robert. *Teoria dos direitos fundamentais*. São Paulo: Malheiros, 2010.

ALEXY, Robert. *Direito, Razão e Discurso: Estudos para a filosofia do direito*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2010.

ATIENZA, Manuel. *As Razões do Direito*. São Paulo: Landy, 2006.

BARRETO, Vicente. Os fundamentos éticos dos direitos humanos. *Revista de direito comparado*. V. 2, nº 2. Belo Horizonte: UFMG, março/1998.

BOBBIO, Norberto. *A era dos direitos*. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1992.

BROCHADO, Mariá. *Direito e ética*. A eticidade do fenômeno jurídico. São Paulo: Landy, 2006.

BROCHADO, Mariá. Prolegômenos à ética Ocidental. *Revista do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais*, v. 1, p. 59-72, 2009.

BUSTAMANTE, Thomas. *Argumentação ‘contra legem’*. Rio de Janeiro: Renovar, 2005.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE DIREITO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

BUSTAMANTE, Thomas. *Teoria do Direito e decisão racional: Temas de teoria da argumentação jurídica*. Rio de Janeiro: Renovar, 2008.

BUSTAMANTE, Thomas. On MacCormick's Post-Positivism. *German Law Journal*, vol. 12, n. 2, 2011, pp. 693-727. Disponível em: [www.germanlawjournal.com](http://www.germanlawjournal.com)

DUARTE, Écio Oto; Pozzolo, Susanna. *Neoconstitucionalismo e positivismo jurídico*. As faces da teoria do direito em tempos de interpretação moral da constituição. São Paulo: Landy, 2006.

DWORKIN, R. *Justice in Robes*. Cambridge, MA: Belknap/Harvard, 2006 (Há edição brasileira com o título: "A Justiça de Toga", pela Martins Fontes, 2010).

DWORKIN, Ronald. *Law's Empire*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1986 (há tradução brasileira com o título *O império do direito*. São Paulo: Martins Fontes, 1999).

DWORKIN, Ronald. *Sovereign Virtue: the theory and practice of equality*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2000. (Ha edição brasileira com o título: *A Virtude Soberana: A teoria e a prática da igualdade*, São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2005).

ELY, John Hart, *Democracia e Desconfiança: Uma teoria do Controle Judicial de Constitucionalidade*. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

FERNANDES, Bernardo Gonçalves. *Curso de Direito Constitucional*, 3 Ed. 2 Tiragem, Ed *Lumen Juris*, 2011.

FERNANDES, Bernardo Gonçalves. *Direito Constitucional e Democracia: entre a Globalização e o Risco*. Ed *Lumen Juris*, 2011.

FERNANDES, Bernardo Gonçalves. *Interpretação Constitucional: Reflexões sobre (a nova) Hermenêutica*. 2 Ed. *Podvium*, 2011.

FERNANDES, Bernardo Gonçalves; Pedron, Flávio Quinaud. *Poder Judiciário e(m) Crise*, Ed. *Lumen Juris*, 2008.

FERRAZ JÚNIOR, Tércio Sampaio. *Introdução ao estudo do direito*. Técnica, decisão, dominação. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 1994.

HABERMAS, Jürgen. *A Inclusão do Outro: estudos de Teoria Política*. São Paulo: Loyola, 2002.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE DIREITO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

HABERMAS, Jürgen. *Facticidad y validez*. Madrid: Trotta, 2005 (Há edição brasileira com o título: *Direito e Democracia*, 2 V. Ed. Tempo Brasileiro, 1997)

HART, H. L. A., "Postscript", em Hart, H. *The concept of Law*. 2. ed. Oxford: OUP: 1994 (há edição portuguesa pela Fundação Calouste Gulbenkian com o título "O Conceito de Direito").

KANT, Immanuel. *La metafísica de las costumbres*. Segunda edición. Madrid: 1994.

KELSEN, Hans. *A justiça e o direito natural*. Tradução e prefácio de João Batista Machado, 2ª ed. Coimbra: Arménio Amado, 1979.

MACCORMICK, N. *Rhetoric and the rule of law*. Oxford: OUP, 2005 (há tradução brasileira com o título "Retórica e Estado de Direito", pela editora Campus).

PERELMAN, Chaïm. *Ética e direito*. Tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

RAWLS, John. *Uma teoria da justiça*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

SALGADO, Joaquim Carlos. *A idéia de justiça no mundo contemporâneo*. Fundamentação e aplicação do direito como *maximum* ético. Belo Horizonte: Del Rey, 2007.

VAZ, Henrique Cláudio de. *Ética e direito*. Organização e Introdução: Cláudia Toledo e Luiz Moreira. São Paulo: Landy Editora e Edições Loyola, 2003.

**ÁREA DE ESTUDO: LEGÍSTICA, LEGIMÁTICA E TEORIA DA LEGISLAÇÃO**

REFERÊNCIAS TEMÁTICAS:

- 1) Lei : discurso, comunicação e informação
- 2) O papel da jurisprudência na atividade legislativa
- 3) A atividade legislativa e densificadora da Administração Pública
- 4) Legística Material e Legística Formal
- 5) Qualidade da lei e desenvolvimento econômico-social : tensões no sistema normativo nacional e internacional



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE DIREITO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

- 6) Planejamento legislativo-regulatorio :modelos de avaliação legislativa
- 7) Legislação em direitos fundamentais
- 8) Legimática e inteligência artificial aplicada à produção do direito
- 9) Conhecimento real do direito e a devida publicidade das leis
- 10) Contraditório na atividade de elaboração legislativa

**BIBLIOGRAFIA DE REFERÊNCIA:**

AINIS, Michele, "Checklist per la redazione dei testi normativi", Rassegna Parlamentare, (1), Gennaio-Marzo, 1998, pp. 184-201.

ALMEIDA, Paula Wojcikiewicz. *A execução do direito da integração do Mercosul: uma limitação da autonomia dos Estados partes*. In. *Novos Estudos Jurídicos*. Vol. 14, n. 1, jan-abr 2009, p. 155-167.

AMARAL, Gilberto Luiz ; OLENIKE, Joao Eloi ; STEINBRUCH, Fernando ;VIGGIANO, Leticia M.F do Amaral, Quantidade de normas editadas no Brasil 19 anos da Constituicao Federal de 1988, Estudo do Instituto Brasileiro de Planejamento Tributario, 2006 : [http://www.ibpt.com.br/img/\\_publicacao/2050/82.pdf](http://www.ibpt.com.br/img/_publicacao/2050/82.pdf)

ANTÓNIO, Mário d'- " A crise da legislação em Itália: As orientações correctivas públicas e privadas para uma melhor elaboração técnica das leis" INA, Oeiras, 7, Abril-Jun 1993, p.73-82.

ATIENZA, Manuel, *Contribución a una Teoria de la Legislación*, Madrid, Editorial Civitas, 1997.

BANKOWSKI, Z; GÉRARD, P; GIULIAN, A et al, *La Science de la Législation*, Paris, PUF, 1988.

BARTOLE, Sergio, *Lezioni di tecnica legislativa*,Padova, CEDAM,1988.

BERGERON, Robert - "Racionalização do processo legislativo e gestão da legislação do Estado" INA, Ociras, 1 1, Out-Dez 1994, p.65-83.

BERGERON, Robert C., and al, *Essays on Legislative Drafting*, Ottawa, 1999.

BORGES, Clarissa Tatiana de Assunção; *Justificação da legislação na perspectiva da legisprudência : principios de avaliação legislativa e controle da legislação*. 2011.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE DIREITO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

123 f., enc. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Direito, 2011.

CANOTILHO, Joaquim Gomes - "Os impulsos modernos para uma teoria da legislação". INA, Oeiras, 1, Abr- Jun 1991, p. 7-14.

CHEVALLIER, Jacques, "La rationalisation de la production juridique", in Charles Albert MORAND (ed) L'Etat propulsif-contribution à l'étude des instruments d'action de l'Etat, Paris, Publisud, 1991.

CLÈVE, Clèmerson Merlin. Atividade legislativa do Poder Executivo. 2ª edição revista, atualizada e ampliada do livro Atividade legislativa do Poder Executivo no Estado contemporâneo e na Constituição de 1988. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2000.

CONGRESSO INTERNACIONAL DE LEGÍSTICA, 2007, Belo Horizonte. *Qualidade da Lei e Desenvolvimento*. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa de Minas Gerais, 2009. Disponível em: <[http://www.almg.gov.br/publicacoes/legistica/legistica\\_integra.pdf](http://www.almg.gov.br/publicacoes/legistica/legistica_integra.pdf)>. Acesso em ago. 2011.

CONSEIL FEDERAL SUISSE. *Message relatif à l'unification du droit de la procédure penal* ; 21 décembre 2005.

CONSEIL FEDERAL SUISSE. *Rapport relative à l'évaluation de l'efficacité de la loi sur l'égalité en execution de la motion Vreni Hubmann 02.3142*, transmise par le Conseil national sous forme de postulat le 21 juin 2002.

CORDEIRO, António Meneses - "Da sistematização das leis como problema de política legislativa" INA, Oeiras, 6, Jan-Março 1993, p.7-24.

COSTA JR, Eduardo Carone A legislação simbólica como fator de envenenamento do ordenamento jurídico brasileiro: direito e política / Eduardo Carone Costa Júnior. - 2009. 182f. ; enc. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Direito, 2009.

COUDERC, Michel; BECANE, Jean Claud, La Loi, Paris, Dalloz, 1994.

D'ANTONIO, Mario(ed), Corso di Studi Superiori Legislativi 1988-1989, Padova, CEDAM, 1990.

DALE, William, Legislative drafting: a new approach: a comparative study of methods in France, Germany, Sweden and the United Kingdom, London, Butterworths, 1977.

DE MARCO, Eugénio -" "Grupos de pressão", procedimento legislativo e "realizabilidade" das leis" INA, Oeiras, 17, Out-Dez 1996, p. 40-62.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE DIREITO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

DORBECK - JUNG, Bärbel, "Realistic Legisprudence. A Multidisciplinary Approach to the Creation and Evaluation of Legislation", *Associations, Journal for Social and Legal Theory*, (3), nº 2, 1999, pp. 211-235. (Berlin).

FARIA, C. A. P. Idéias, conhecimento e políticas públicas: um inventário sucinto das principais vertentes analíticas recentes. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 18 (51): 21-30. 2003.

FILANGIERI, Gaetano, *La Scienza della Legislazione*, I-V, Milão, Giuseppe Galeazzi, 1784-1791.

FLUCKIGER, Alexander, *Régulation, d´régulation, autorégulation: l´émergence des actes étatiques non obligatoires*; dans *Société Suisse des Juristes, Rapports e Communications*, 138o. année, 2004, carnet 2, Bâle 2004.

GUIBENTIF, Pierre - "A produção do direito. Crítica de um conceito na fronteira entre sociologia do direito e ciência de legislação" *INA, Oeiras*, 7, Abril-Jun 1993, p.31-72.

HILL, Hermann - "Legiferação e modernização administrativa" *INA, Oeiras*, 23, Out-Dez 1998, p. 39-60.

HORBER-PAPAZIA, Katia (édition), *Evaluation des politiques publiques en Suisse, pourquoi? pourquoi? comment?*; Presses polytechniques e universitaires Romandes, Lausanne 1990. <http://www.open.gov.uk/duhome.htm>.

ISSALYS, Pierre – "LANGAGE ET SYSTÈME DES LOIS .Analyse critique du cadre législatif d'une institution administrative québécoise" Rapport final du projet MOREL présenté au CONSEIL de la LANGUE FRANÇAISE, Québec-CA, 2004.

JACOB, Steve; Varone, Frédéric, Genard, Jean-Louis (dir.), *L´évaluation des politiques au niveau regional*; Pieter Lang S.A., Bruxelles 2007.

JACOT, Henri; Fouquet, Annie (dir.), *Le citoyen, l´élu, l´expert; Pour une démarche pluraliste d´évaluation des politiques publiques*; L´Harmattan, Paris 2007.

KARPEN, Ulrich (ed) *Legislation in European Countries*, European Association of Legislation (EAL), 1, Baden-Baden, Nomos Verlagsgesellschaft, 1996.

KARPEN, Ulrich; DELNOY, Paul (eds) *Contributions to the Methodology of the Creation of Written Law*, European Association of Legislation (EAL), 2, Baden-Baden, Nomos Verlagsgesellschaft, 1996.

KEITH, Patchett - "Legislação e redacção legislativa no Reino Unido" *INA, Oeiras*, 2, Out-Dez 1991, p.29-69.

KELLERMAN, Alfred E. ; Giuseppe Azzi; Scott H. Jacobs e Rex Deighton-Smith (org.). *Improving the Quality of Legislation in Europe*. Haia, Kluwer Law International. 1998.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE DIREITO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

- LUPO, Nicola, "La Direttiva sull' Analisi di Impatto e sull' Analisi Tecnico-Normativa: un passo avanti, in via sperimentale, per la qualità delle normazione", Quaderni Costituzionali, Ano XX, nº 3, dic. 2000, pag 748 e ss.
- LUZZATI, Claudio, La vaghezza delle norme: un analisi del linguaggio giuridico, Milano, Dott. A. Giuffrè, 1990.
- MADER, Luzius, *L'évaluation législative*, Pour une analyse empirique des effets de la legislation; Payot, Lausanne, 1985.
- MANDELKERN, Grupo. *Relatório Mandelkern sobre a Melhoria da Qualidade Legislativa*. Conselho Europeu de Lisboa, março de 2000. Disponível em: <<http://www.csl.gov.pt/docs/groupfinal.pdf>> Acesso em: ago. 2011.
- MAZUR, Jack, "The qualifications of law-makers", *International Review of Administrative Sciences*, vol.55 (2), June 1989, pp.229-239.
- MENDES, Gilmar Ferreira, "Teoria da Legislação e Controle de Constitucionalidade: Algumas Notas", *Revista Jurídica Virtual*, Brasília, vol. 1, n. 1, maio 1999.
- McGARITY, T, *Reinventing Rationality: The Role of Regulatory Analysis in the Federal Bureaucracy*, New York: Cambridge University Press, 1991.
- MIRANDA, Jorge - "O actual sistema português de actos legislativos" *INA*, Oeiras, 2, Out-Dez 1991, p. 7-27.
- MONCADA, Luís Cabral, *Contributo para uma Teoria da Legislação*, Lisboa, P F Editor, 1998.
- MORAIS, Carlos Blanco - "A forma jurídica do acto de transposição de directivas Comunitárias" *INA*, Oeiras, 21, Jan-Março 1998, p.41-91.
- MORAND, Charles-Albert - "Para uma metodologia da comunicação legislativa" *INA*, Oeiras, 11, Out-Dez 1994, p. 19-34.
- MORAND, Charles-Albert (coord). *Légistique formelle et matérielle*. Aix-en-Provence, Presses Universitaires d' Aix - Marseille, 1999.
- NOLL, P, *Gesetzgebungslehre*, Hamburg, Rowohlt, 1973.
- OECD (1995), *Recommendation on Improving the Quality of Government Regulation*, 9th March.
- OECD (1996), *Integrating Environment and Economy: Progress in the 1990s*, Paris.
- OLIVEIRA, Renata Fialho de. *Harmonização jurídica no Direito Internacional*. São Paulo: Quartier Latin, 2008.
- PAGANO, Rodolfo - "Notas sobre as formas de simplificação e de reorganização da legislação em alguns países europeus" *INA*, Oeiras, 18, Jan-Março 1997, p. 23- 63.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE DIREITO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

PAGANO, Rodolfo. *Le Direttive di Tecnica Legislativa in Europa*. In. Quaderni di documentazione. Roma, Camera dei Deputati, 1997. V. I e II.

PAGANO, Rodolfo. *Notas sobre as formas de simplificação e de reorganização da legislação em alguns países europeus*. In. Legislação. Cadernos de Ciência de Legislação, nº 18, 1997, pp. 23-63.

RADAELLI, Claudio, DE FRANCESCO, Fabrizio. *Regulatory quality in Europe. Concepts, measures and policy processes*. Reino Unido, Manchester University Press, 2007.

ROCHA, Manuel António Lopes - "A função de garantia da lei penal e a técnica legislativa" INA, Oeiras, 6, Jan-Março 1993, p.25-43.

ROCHA, Manuel António Lopes, "Elaboração do texto legislativo", Boletim do Ministério da Justiça (382), Janeiro 1989, pp.45-115.

SANTOS, Letícia Camilo. *Análise da decisão judicial no quadro da legisprudência: O diálogo das fontes do direito/ Letícia Camilo dos Santos –Belo Horizonte:UFMG 2011, 173p. Dissertação (mestrado) – UFMG/Faculdade de Direito / Belo Horizonte, 2011.*

SILVEIRA, Luis - "O Provedor de Justiça e a feitura das leis" INA, Oeiras, 12, Jan-Março 1995, p.51-85.

SOARES, Fabiana de Menezes, *Teoria da Legislação: Produção e conhecimento da Lei na Idade Tecnológica*, Porto Alegre : Sérgio Fabris Editor, 2004.

\_\_\_\_\_, Fabiana de Menezes, *Decodification and Legis-action, Quality of Legislation- Principles and Instruments*, Luzius Mader/Marta Tavares de Almeida (eds), Baden-Baden: Nomos Verlagsgesellschaft, 2011, Germany.

\_\_\_\_\_, Fabiana de Menezes, *O papel da Legística nos processos de integração: o caso Canadá/Brasil em sede de planejamento legislativo*. São Paulo: Revista Trimestral de Direito Público-RDP, 2004 n.45 p. 212-226.

SOUSA, Marcelo Rebelo de - "A decisão de legislar" INA, Oeiras, 1, Abr-Jun 1991, p. 15-38.





UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE DIREITO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

SOUSA, Marcelo Rebelo de - "A transposição das directivas comunitárias para a ordem jurídica nacional" INA, Oeiras, 4/5, Abril-Dez 1992, p.69-94.

STANBURY, W.T. (1992), "Reforming the Federal Regulatory Process in Canada.

THORNTON, G. C., Legislative drafting, 3 rd ed., London, Butterworths, 1987.

US Environmental Protection Agency (1987), *EPA's Use of Benefit Cost Analysis: 1981-1986*, EPA-230-05-07-028, EPA, Washington, DC.

VARGAS, Ana - FRAGA, Ana - "Da qualidade da legislação ou de como pode o legislador ser um fora-da-lei " INA, Oeiras, 27, Jan-Março 2000, p.31-71.

VENTURA, Deisy; PERROTI, Alejandro D. *El Proceso Legislativo del MERCOSUR*. Montevideo: Fundación Konrad-Adenauer, 2004.

VITORINO, António - "Os poderes legislativos das Regiões Autónomas na segunda revisão constitucional" INA, Oeiras, 3, Jan-Mar 1991, p.25-45.

WARD, S., R. Gibson, *et al.* Online participation and mobilisation in Britain: Hype, hope and reality. Parliamentary Affairs, 2003, v.56, p. 652-668 Washington, DC., 17 January.

WINTGENS, L. J. (2006), Legisprudence as a New Theory of Legislation. *Ratio Juris*, 19: 1–25. doi: 10.1111/j.1467-9337.2006.00315.x

WRÓBLEWSKI, J, "The Rational Law-Maker-General Theory and Socialist Experience" in A. GIULIANNI y N. PICARDI (eds), *L'educazioni giuridica*, V. Modelli di legislatori e Scienza della Legislazione, Ed. Scientifiche Italiane, Perugia.

ZANDER, Michael, *The law making process*, 4th ed, Reprinted, London, Weidenfeld and Nicolson, 1994.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE DIREITO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

ZAMBONI, Mauro, Globalization and Law-making: Time to Shift a Legal Theory's Paradigm, *Legisprudence. International Journal for the Study of Legislation* 1/1, pp. 125-153 (2007) [Peer review journal]

\_\_\_\_\_ The Policy of Law: A Legal Theoretical Framework. Hart Publishing, Oxford -UK (2007). [Peer review publication]

\_\_\_\_\_ The Idea of Corporation in Transnational Law: Setting the Foundations (2011). [Peer-review publication]

**ÁREA DE ESTUDO: HERMENÊUTICA FILOSÓFICA E JURÍDICA**

REFERÊNCIAS TEMÁTICAS:

1. A Teoria da Interpretação de Emílio Betti.
2. A Hermenêutica na matriz fenomenológica.
3. A Hermenêutica da contratualidade.
4. A Hermenêutica da legislação.
5. A Hermenêutica dos direitos da pessoa.
6. A Hermenêutica e a Bioética.
7. A importância da doutrina na construção Hermenêutica.
8. A tópica de Viehweg.
9. A nova retórica de Perelman.
10. Hart e a regra de reconhecimento.
11. Dworkin e a teoria da integridade.
12. Alexy e a teoria dos princípios.

BIBLIOGRAFIA:

ACKERMAN, Bruce. *We the people*. Cambridge: Harvard University Press, 1993.

ALEXY, Robert. *Conceito e validade do Direito*. Trad. Gercélia Batista de Oliveira Mendes. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

ALEXY, Robert. *Teoría de la argumentación jurídica: la teoría del discurso racional como teoría de la fundamentación jurídica*. Trad. Manuel Atienza e Isabel Espejo. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1997.

ALEXY, Robert. *Teoria dos direitos fundamentais*. Trad. Virgílio Afonso da Silva. São Paulo: Malheiros Editores, 2008.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE DIREITO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

ARISTÓTELES. *A Política*. Trad. Mário da Gama Kury. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997.

ARISTÓTELES. *Ética Nicomaquéa*. Madrid: Editorial Gredos, 1998.

ARISTÓTELES. *Órganon: elencos sofísticos*. Lisboa: Guimarães Editores, 1986, v. VI.

ARISTÓTELES. *Retórica*. Trad. Edson Bini. São Paulo: EDIPRO, 2011.

ATIENZA, Manuel. *As razões do direito: teorias da argumentação jurídica*. Trad. Maria Cristina Guimarães Cupertino. São Paulo: Landy, 2000.

BERTI, Silma Mendes. *Direito à própria imagem*. Belo Horizonte: Livraria Del Rey Editora, 1993.

BERTI, Silma Mendes (Org.). *Direito privado sem fronteiras*. Belo Horizonte: Imprensa Universitária da UFMG, 2009.

BOBBIO, Norberto. *O positivismo jurídico: lições de filosofia do direito*. Trad. Márcio Pugliesi; Edson Bini e Carlos E. Rodrigues. São Paulo: Ícone, 1995.

BOBBIO, Norberto. *Teoria da norma jurídica*. Trad. Fernando Pavan Baptista e Ariani Bueno Sudatti. São Paulo: EDIPRO, 2005.

BOBBIO, Norberto. *Teoria do ordenamento jurídico*. Trad. Cláudio de Cicco e Maria Celeste C. J. Santos. São Paulo: Polis, 1989.

BONAVIDES, Paulo. *Curso de direito constitucional*. São Paulo: Malheiros, 2008.

BOSON, Gerson de Britto Mello. *Direito Internacional Público: o Estado em Direito das gentes*. Belo Horizonte: Del Rey, 1994.

CAMARGO, Margarida Maria Lacombe. *Hermenêutica e Argumentação: uma contribuição ao estudo do direito*. Rio de Janeiro: Renovar, 1999.

CAMUS, E. F. *História y fuentes del Derecho Romano*. 3. ed. Havana: Universidades de Havana, 1946.

CANARIS, Claus-Wilhelm. *Pensamento sistemático e conceito de sistema na ciência do direito*. Trad. A. Menezes Cordeiro. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1989.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE DIREITO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

CANÇADO TRINDADE, Antonio Augusto. Memorial em prol de uma nova mentalidade quanto à proteção dos direitos humanos nos planos internacional e nacional. In: Revista da Faculdade de Direito da UFMG. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, v. 36, pp. 55-60, 1999.

CANOTILHO, J. J. Gomes. *Direito Constitucional*. 5. ed. Coimbra: Livraria Almedina, 1992.

COMPAGNON, Antoine. *Os antimodernos*. Trad. Laura Taddei Brandini. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2011.

COSSIO, Carlos. *La teoria egológica del Derecho y el concepto jurídico de libertad*. 2. ed. Buenos Aires: Abeledo-Perrot, 1964.

DILTHEY, Wilhelm. *Lemonde de l'estrit*. Trad. M. Remy. s./l.: Aubier, 1947.

DONATI, Donato. *Il problema delle lacune dell ordinamento giuridico*. Milano: Società Editrice Libreria, 1910.

DU PASQUIER, Claude. *Introducion à la Théorie Générale et à la Philosophie du Droit*. 3. ed. Paris: Ed. Delachaux & Niestlé, 1948.

DWORKIN, Ronald. *A justiça de toga*. Trad. Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

DWORKIN, Ronald. *Levando os direitos a sério*. Trad. Nelson Boeira. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

DWORKIN, Ronald. *O império do Direito*. Trad. Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

DWORKIN, Ronald. *Uma questão de princípio*. Trad. Luís Carlos Borges. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

ENGISCH, Karl. *Introdução ao pensamento jurídico*. 7. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1996.

GADAMER, Hans-Georg. *Verdade e método*. 2 ed. Trad. Flávio Paulo Meurer. Petrópolis: Vozes, 1997.

GARCIA-ROZA, Luiz Alfredo. *Palavra e verdade: na filosofia antiga e na psicanálise*. 5. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE DIREITO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

GUARINO, Antonio. *Storia del Diritto Romano*. 4. ed. Napoli: Ed. Eugenio Jovene, 1969.

FERRAZ JÚNIOR, Tércio Sampaio. *Introdução ao Estudo do Direito: técnica, decisão, dominação*. São Paulo: Atlas, 1989.

FOUCAULT, Michel. *Ética, sexualidade, política*. Trad. Elisa Monteiro; Inês Autran Dourado Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

HÄBERLE, Peter. *Hermenêutica Constitucional – A Sociedade Aberta dos Intérpretes da Constituição*: contribuição para a interpretação pluralista e “procedimental” da constituição. Trad. Gilmar Ferreira Mendes. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 1997.

HABERMAS, Jürgen. *A Inclusão do Outro*: estudos de teoria política. Trad. George Sperber e outros. São Paulo: Loyola, 2004.

HABERMAS, Jürgen. *Direito e democracia*: entre a facticidade e validade. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1977.

HABERMAS, Jürgen. *Teoría de la acción comunicativa*. Trad. Manuel Jiménez Redondo. Madrid: Editorial Trotta, 2010.

HART, H. L. *O conceito de direito*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1986.

HECK, Philipp. *Interpretação da lei e jurisprudência dos interesses*. Trad. José Osório. São Paulo: Livraria Acadêmica, 1947.

HEIDEGGER, Martin. *A origem da obra de arte*. Trad. Maria da Conceição Costa. Lisboa: Edições 70, 1991.

HEIDEGGER, Martin. *Escritos políticos*. Trad. José Pedro Cabrera. Lisboa: Instituto Piaget, 1994.

HEIDEGGER, Martin. *O princípio do fundamento*. Trad. Jorge Telles Menezes. Lisboa: Instituto Piaget, 1957.

HEIDEGGER, Martin. *Os conceitos fundamentais da metafísica*. Trad. Marco Antônio Casa Nova. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

HEIDEGGER, Martin. *Ser e Tempo*. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1993.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE DIREITO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

HESSE, Konrad. *A força normativa da constituição*. Trad. Gilmar Ferreira Mendes. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 1991.

HESSE, Konrad. *Elementos de Direito Constitucional da República Federal da Alemanha*. Trad. Luís Afonso Heck. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 1998.

HESSE, Konrad. *Escritos de Derecho Constitucional*. Trad. Pedro Cruz Villalon. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1992.

HUSSERL, Edmund. *L' idée de la phénoménologie*. Paris: Presses Universitaire de France, 1970.

HUSSERL, Edmund. *Méditations cartésiennes: introduction a la phénoménologie*. Paris: Librairie Philosophique J. VRIN, 1969.

KANT, Immanuel. *Crítica da razão pura*. 3. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkin, 1994.

KELSEN, Hans. *Teoria Geral das Normas*. Porto Alegre: Fabris, 1986.

KELSEN, Hans. *Teoria Pura do Direito*. Trad. João Baptista Machado. Coimbra: Armênio Amado, 1984.

KENNEDY, George A.. *A new history of classical rhetoric*. New Jersey: Princeton University Press, 1994.

KRÄMER, Hans. *Platone: e i fondamenti della metafísica*. Trad. Giovanni Reale. Milano: Vita e Pensiero, 1982.

LAFER, Celso. *O sistema político brasileiro: estrutura e processo*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1975.

LARENZ, Karl. *Metodologia da Ciência do Direito*. Trad. José Lamego. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1989.

LÉVINAS, Emmanuel. *Autrement qu'être ou Au-delà de l'essence*. Paris: Librairie Générale Française, 2006.

LÉVINAS, Emmanuel. *Descobrendo a existência com Husserl e Heidegger*. Lisboa: Instituto Piaget, 1997.

LÉVINAS, Emmanuel. *Entre nous: essais sur le penser-à-l'autre*. Paris: Librairie Générale Française, 2004.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE DIREITO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

LÉVINAS, Emmanuel. *Éthique et infini*. Paris: Librairie Générale Française, 2004.

LÉVINAS, Emmanuel. *Totalité et infini: essai sur l'extériorité*. Paris: Librairie Générale Française, 2003.

LIMA, Iara Menezes. Escola da Exegese. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, Belo Horizonte, n. 97, p. 105-122, jan./ jun. 2008.

MARITAIN, Jacques. *O homem e o Estado*. 4. ed. Rio de Janeiro: Agir Editora, 1966.

MAYNEZ, Eduardo Garcia. *Ensayos Filosófico-jurídicos*. México: Universidad Veracruzana, 1959.

MEGALE, Maria Helena Damasceno e Silva. *A fenomenologia e a hermenêutica jurídica*. Belo Horizonte: Faculdade de Direito da UFMG, 2007.

MEGALE, Maria Helena Damasceno e Silva. A teoria da interpretação jurídica: um diálogo com Emilio Betti. In: *Revista Brasileira de Estudos Políticos*. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, v. 91, n. 06, pp. 145-169, JAN-JUN, 2005.

MEGALE, Maria Helena Damasceno e Silva. A compreensão virtuosa do direito. In: *Revista Brasileira de Estudos Políticos*. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, v. 97, n. 03, pp. 71-104, JAN-JUN, 2008.

MEGALE, Maria Helena Damasceno e Silva. A figura do professor Orlando Magalhães Carvalho: o perfil de um pesquisador juspolítico no cotidiano universitário. In: *Revista de Estudos Sociais e Políticos – Edição da Revista Brasileira de Estudos Políticos*. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, v. 39, n. 05, pp. 49-54, 2011.

MEGALE, Maria Helena Damasceno e Silva. As lacunas da legislação: inevitabilidade do texto normativo diante do indeterminismo da vida. In: *Revista Brasileira de Estudos Políticos*. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, v. 96, n. 07, pp. 219-262, JUL-DEZ, 2007.

MEGALE, Maria Helena Damasceno e Silva. *Hermenêutica Jurídica: em busca da totalidade de sentido*. Belo Horizonte: Mandamentos (no prelo).

MEGALE, Maria Helena Damasceno e Silva. Introdução à ontologia heideggeriana e ao meio ambiente: abertura do ser para o infinito da existência com o outro. In: *Revista Brasileira de Estudos Políticos*. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, v. 99-B, n. 09, pp.209-227, JUL-DEZ, 2009.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE DIREITO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

MEGALE, Maria Helena Damasceno e Silva. O induzimento como forma de violência e injustiça no processo juspolítico. In: Revista Brasileira de Estudos Políticos. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, v. 100, n. 10, pp. 173-216, JAN-JUN, 2010.

MEGALE, Maria Helena Damasceno e Silva. Uma recordação da retórica no Fedro de Platão ou a força de resposta do discurso juspolítico inspirado na idéia de justiça. In: Revista Brasileira de Estudos Políticos. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, v. 98, n. 12, pp. 337-360, JUL-DEZ, 2008.

MEGALE, Maria Helena Damasceno e Silva. Transformação, fusão e cisão de sociedades. In: Revista da Faculdade de Direito. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, v. 27, n. 22, pp.273-360, OUT 1979.

MEGALE, Maria Helena Damasceno e Silva. Da conversão dos negócios jurídicos. In: Cadernos da Pós-Graduação em Direito. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, n. 03, pp. 77-92, 1983.

MONCADA, Cabral de. *Problemas de Filosofia Política*. Coimbra: Armênio Amado, 1963.

MÜLLER, Friedrich. *Metodologia do direito constitucional*. Trad. Peter Naumann. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.

MÜLLER, Friedrich. *O Novo Paradigma do Direito: introdução à teoria e metódica estruturantes*. Trad. Ana Paula Barbosa-Fohrmann e outros. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

MÜLLER, Friedrich. *Teoria estruturante do direito*. Trad. Peter Naumann e Eurides Avance de Souza. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.

MURPHY, James J.. *Rhetoric in the Middle Ages: a history of rhetorical theory from Saint Augustine to the Renaissance*. Berkley: University of Califórnia Press, 1974.

NIETSCHE, Friedrich Wilhelm. *Humano, demasiado humano: um livro para espíritos livres*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

OLIVEIRA, Manfredo Araújo de. *A filosofia na crise da modernidade*. São Paulo: Loyola, 2001.

OLIVEIRA, Manfredo Araújo de. *Reviravolta linguístico-pragmática na filosofia contemporânea*. São Paulo: Loyola, 2001.





UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE DIREITO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

PALMER, Richard E. *Hermenêutica*. Lisboa: Edições 70, s/d.

PERELMAN, Chaïm. *Lógica jurídica: nova retórica*. Trad. Verginea K. Pupi. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

PERELMAN, Chaïm; Olbrechts-Tyteca, Lucie. *Tratado da Argumentação: a nova retórica*. Trad. Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

PERELMAN, Chaïm. *Retóricas*. Trad. Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

PLATÃO. *A República*. 7. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1993.

PLATÃO. *Carta VII*. In: Diálogos. Madrid: Editorial Gredos, 2002.

PLATÃO. *Fedro*. In: Diálogos. Madrid: Editorial Gredos, 1997, v. III.

PLATÃO. *Leys*. Madrid: Editorial Gredos, 1999, v. VIII.

PLATÃO. *Político*. Madrid: Editorial Gredos, 2002, v. V.

QUINE, Willard Van Orman. *From a logical point of view*. Cambridge: Harvard University Press, 1996.

RECASÉNS SICHES, Luis. *Nueva Filosofía de la interpretación del derecho*. 2. ed. México: Porrúa, 1973.

RICOUER, Paul. *A crítica e a convicção*. Trad. António Hall. Lisboa: Edições 70, 1997.

RICOUER, Paul. *História e verdade*. Trad. F. A. Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense, 1968.

RICOUER, Paul; CHANGEUX, Jean-Pierre. *La natureza y la norma: lo que nos hace pensar*. Trad. Carlos Ávila Flores. México: Fondo de Cultura Económica, 2001.

RODRIGUES PANIAGUA, José Maria. *Ley y Derecho*. Madrid: Tecnos, 1976.

ROESLER, Cláudia Rosane. *Theodor Viehweg e a Ciência do Direito: tópica, discurso e racionalidade*. Florianópolis: Momento Atual, 2004.

TOBEÑAS, José Castan. *Teoría de la aplicación e investigación de Derecho*. Madrid: Ed. Reis, 1947.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE DIREITO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

VATTIMO, Gianni. *Introdução a Heidegger*. 10 ed. Trad. João Gama. Lisboa: Instituto Piaget, 1996.

VIEHWEG, Theodor. *Tópica e Jurisprudência: uma contribuição à investigação dos fundamentos jurídico-científicos*. Trad. Kelly Susane Afllen da Silva. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 2008.

VIEHWEG, Theodor. *Topica y filosofía del derecho*. Trad. Jorge M. Seña. Barcelona: Gedisa, 1991.

VIEIRA, Mônica Silveira. *Eutanásia: humanizando a visão jurídica*. Curitiba: Juruá Editora, 2009.

VILANOVA, Lourival. *As estruturas lógicas e o sistema do Direito Positivo*. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 1997.

VILLELA, João Baptista. Por uma nova teoria dos contratos. In: Separata da Revista de Direito e de Estudos Sociais. Coimbra: ano XX, ABR-DEZ, 1975.

<b>ÁREA DE ESTUDO: DIREITO E LITERATURA</b>
---

**REFERÊNCIAS TEMÁTICAS:**

1. Arte e Literatura: o diálogo labiríntico com o Direito.
2. História da Arte: da modernidade à pós-modernidade.
3. A História da Literatura Ocidental e a história do Direito: discursos, razão e tempo.
4. Arte, Literatura e Direito: os círculos e as esferas do conhecimento.
5. Sonhos e realidade, tragédia e comédia: o estudo do mito.
6. O herói e o fracasso. Estudo do justo e da justiça.
7. O desejo e a razão.
8. Os discursos jurídicos da literatura e da arte: acusações e julgamentos.
9. O Direito e as narrativas jurídicas do século XVI ao século XXI.
10. As leituras no Brasil: o autoritarismo persegue os sonhadores? A proibição no Direito e nas artes.

**Referências Bibliográficas (sugeridas)**

CAMPBELL, J. O Poder do Mito. 28.ed. Palas Athena Editora, 2011.

CARPEAUX, O.M. História da Literatura Ocidental. vol. 3 e4. Brasília: Senado Federal, 2008.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE DIREITO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

FERRI, E. Crimes e criminosos na arte e na literatura. Lisboa, Livraria Clássica

GINZBURG, Carlo. Mitos, emblemas, sinais. Morfologia e história. São Paulo, Cia das Letras, 1989.

GOMBRICH, E.H.J. A História da Arte. 16.ed. LTC Editora, 2000.

MARTÍNEZ MARTÍNEZ, F. Literatura y Derecho. México: Universidad Nacional Autónoma de México: México, 2010.

PEREZ, C. Derecho y Literatura. Disponível em: <http://descargas.cervantesvirtual.com/servlet/SirveObras/91348408909806384100080/021983.pdf?incr=1>. Data de acesso em: novembro de 2012.

TRAZEGNIES GANDRA, F. El Derecho como Tema Literario. Disponível em: [http://www.academiaperuanadelalengua.org/files/trazegnies\\_derechob.pdf](http://www.academiaperuanadelalengua.org/files/trazegnies_derechob.pdf). Data de acesso em: novembro de 2012.

**ÁREA DE ESTUDO: DIREITO URBANÍSTICO E MEIO AMBIENTE NAS CIDADES**

**REFERÊNCIAS TEMÁTICAS:**

- 1 - Direito à cidade: princípios, elementos, efetividade
- 2 - Direito à cidade: interdependência com os direitos humanos e fundamentais
- 3 - Reconhecimento e aplicação do direito à cidade no plano internacional
- 4 - Usufruto equitativo da cidade: princípio da justa distribuição dos encargos e benefícios decorrentes do processo de urbanização
- 5 - Estatuto da Cidade: princípios, instrumentos, exigibilidade
- 6 - Planejamento urbano: Plano Diretor, flexibilização urbanística
- 7 - Gestão democrática da cidade
- 8 - Propriedade urbana: função social, conteúdo essencial
- 9 - Sustentabilidade ambiental e qualidade de vida nas cidades
- 10 - Espaços ambientais protegidos e paisagem nas cidades

**BIBLIOGRAFIA**

ALFONSIN, Betânia; FERNANDES, Edésio (Org.). Direito urbanístico: estudos brasileiros e internacionais. Belo Horizonte: Del Rey, 2006.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE DIREITO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

ANTUNES, Luís Filipe Colaço. Direito urbanístico – Um outro paradigma: a planificação modesto-situacional. Coimbra: Almedina, 2002.

\_\_\_\_\_. Direito público do ambiente: diagnose e prognose da tutela processual da paisagem. Coimbra: Almedina, 2008.

ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia (Org.). A cidade do pensamento único: desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2000.

BRASIL. Estatuto da cidade: guia para implementação pelos municípios e cidadãos. Brasília: Câmara dos Deputados – Coordenação de Publicações, 2001.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. Protecção do ambiente e direito de propriedade (Crítica de jurisprudência ambiental). Coimbra: Coimbra, 1995.

CORREIA, Fernando Alves. Manual de direito do urbanismo. vol I. 4ª ed. Coimbra: Almedina, 2008.

DALLARI, Adilson Abreu; FERRAZ, Sérgio (Org.). Estatuto da Cidade (comentários à Lei Federal 10.257/01). São Paulo: Malheiros, 2002.

ESCRIBANO COLLADO, Pedro. La propiedad privada urbana - Encuadramiento y regimen. Madrid: Montecorvo, 1979.

GAIO, Daniel. A participação do Estado na formação do solo urbano e os mecanismos de recuperação de mais-valias no Brasil. Cuaderno Urbano. Espacio, Cultura, Sociedad, n° 12, p. 27-42, jun. 2012.

GRAU, Eros Roberto. Direito urbano. São Paulo: RT, 1983.

MARICATO, Ermínia. Impasse da política urbana no Brasil. São Paulo: Vozes, 2011.

PINTO, Victor Carvalho. Direito urbanístico: plano diretor e direito de propriedade. São Paulo: RT, 2005.

\_\_\_\_\_. O Reparcelamento do Solo: um modelo consorciado de renovação urbana. Brasília: Senado Federal, mar. 2013.

PIOVESAN, Flávia. Direitos humanos e o direito constitucional internacional. 14ª ed. São Paulo: Saraiva. 2013.

PREDIERI, Alberto. Urbanistica, tutela del paesaggio, espropriazione. Milano: Giuffrè, 1969.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE DIREITO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

PROGRAMA DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LOS ASENTAMIENTOS HUMANOS. Estado de las Ciudades de América Latina e el Caribe 2012: rumbo a una nueva transición urbana. Kênia: ONU HABITAT, ago. 2012.

RAMÓN FERNÁNDEZ, Tomás. Manual de derecho urbanístico. 21ª ed. Madrid: La Ley: El Consultor de los Ayuntamientos, 2008.

RENGIFO GARDEAZÁBAL, Mauricio; PINILLA PINEDA, Juan Felipe (Org.). La ciudad y el derecho: una introducción al derecho urbano contemporáneo. Bogotá: Universidad de los Andes, 2012.

RICHTER, Paolo Stella. I principi del diritto urbanistico. 2ª ed. Milano: Giuffrè, 2006.

RODRIGUES, José Eduardo Ramos; MIRANDA, Marcos Paulo de Souza. Estudos de direito do patrimônio cultural. Belo Horizonte: Fórum, 2012.

SAULE JÚNIOR, Nelson. A proteção jurídica da moradia nos assentamentos irregulares. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris Editor, 2004.

SCHUTZER, José Guilherme. Cidade e meio ambiente: a apropriação do relevo no desenho ambiental urbano. São Paulo: EDUSP, 2012.

SILVA, José Afonso da. Direito urbanístico brasileiro. 5ª ed. São Paulo: Malheiros, 2008.

SMOLKA, Martim; FURTADO, Fernanda Furtado (Org.). Recuperación de plusvalías en América Latina. Santiago: Pontificia Universidad Católica de Chile e Lincoln Institute, 2001.

URBANI, Paolo. Urbanistica Solidale. Alla ricerca della giustizia perequativa tra proprietà e interessi pubblici. Torino: Bollatti Boringuieri, 2011.

VILLAÇA, Flávio. Reflexões sobre as cidades brasileiras. São Paulo: Studio Nobel, 2012.

### **LINHA DE PESQUISA 3: História, Poder e Liberdade**

<b>ÁREA DE ESTUDO: HISTÓRIA DO DIREITO BRASILEIRO</b>
---

#### REFERÊNCIAS TEMÁTICAS:

1) A(s) identidade(s) do “sujeito constitucional” (*Constitutional Subject*);



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE DIREITO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

- 2) O debate entre conservadores e liberais sobre quem deve ser o guardião da Constituição na Primeira República brasileira: tentativas de (re)ocupação do lugar simbólico da identidade do “sujeito constitucional”;
- 3) O processo de aprendizado social sob o paradigma do Estado de Direito no Brasil e seus limites;
- 4) Ciência Histórica, Hermenêutica e Reconhecimento: o sentido da história;
- 5) Desconstrução, Filosofia Crítica da História e Reconstrução para uma nova história do processo de constitucionalização brasileiro;
- 6) Transição política brasileira, Constitucionalização, Democracia *sem espera*;
- 7) Formação histórica do direito privado brasileiro;
- 8) O direito privado brasileiro e “a questão do elemento servil”.

BIBLIOGRAFIA:

CATTONI, Marcelo (coord.). *Constitucionalismo e História do Direito*. Belo Horizonte: Pergamum, 2011, caps. 1 (p.19-59), 2 (p.61-90), 7 (p.207-247) e 8 (p.249-288).

CATTONI, Marcelo. Patriotismo constitucional In: BARRETTO, Vicente (Org.) *Dicionário de Filosofia do Direito*. Porto Alegre e Rio de Janeiro: Unisinos/Renovar, 2006, v. 1, p. 623-625.

ROBERTO, Giordano Bruno Soares. *Introdução à História do Direito Privado e da Codificação*. 3. ed. Belo Horizonte: Initia Via, 2011.

SALCEDO REPOLES, Maria Fernanda. *Quem deve ser o guardião da constituição? Do Poder Moderador ao Supremo Tribunal Federal*. Belo Horizonte: Mandamentos, 2008.

SALCEDO REPOLES, Maria Fernanda. *Identidade do sujeito constitucional e controle de constitucionalidade: raízes históricas do Supremo Tribunal Federal*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 2010.



**ÁREA DE ESTUDO: HISTÓRIA E TEORIA DA PESSOA E DIREITOS FUNDAMENTAIS**

REFERÊNCIAS TEMÁTICAS:

- 1) Pessoa e identidade;
- 2) Pessoa e autenticidade;
- 3) Pessoa e ação;
- 4) Pessoa, informação e *self*;
- 5) Pessoa e melhoramentos humanos;
- 6) Reconhecimento, subjetivação e socialização.

BIBLIOGRAFIA:

CATTONI DE OLIVEIRA, Marcelo Andrade. Pensando Habermas para além de Habermas: A relação interna entre Estado de Direito e democracia na obra recente de Habermas - Uma revisão? *Revista do Instituto de Hermenêutica Jurídica*, n. 7, 2009, pp. 249-272.

HARRIS, John. *Enhancing Evolution: The Ethical Case for Making Better People*. Princeton: Princeton University Press, 2007.

HONNETH, Axel. *Reification: A new look at an old idea*. Oxford: Oxford University, 2008.

INGOLD, Tim. *The Perception of the environment: Essays on livelihood, dwelling and skill*. Abingdon: Routledge, 2011, p. 373-419.

MARRAMAO, Giacomo. O mundo e o ocidente hoje: o problema de uma esfera pública global. *Revista da Faculdade Mineira de Direito da PUC Minas*, v. 10, n. 20, 2007, p.7-22.

MARRAMAO, Giacomo. Passado e Futuro dos Direitos Humanos: Da “ordem pós-hobbesiana” ao cosmopolitismo da diferença. [Texto enviado por oportunidade do XVI Congresso Nacional do Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Direito (CONPEDI), com o tema *Pensar globalmente, agir localmente*, no dia 15 de



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE DIREITO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

novembro de 2007, no Programa de Pós-graduação em Direito da PUC Minas, Belo Horizonte-MG]. CONPEDI, 2007. Disponível em: [www.conpedi.org.br](http://www.conpedi.org.br).

MARRAMAO, Giacomo. Pensar Babel: o universal, o múltiplo, a diferença. *Revista do Instituto de Hermenêutica Jurídica*, n. 7, 2009, pp. 273-287.

MAUSS, Marcel. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac Naify, 2003, p.367-423.

PARFIT, Derek. *Reasons and Persons*. Oxford: Oxford University Press, 1984, p. 197-347.

SAVULESCU, Julian; SANDBERG, Anders; KAHANE, Guy. *Enhancing Human Capacities*. Wiley-Blackwell, 2011, p. 3-67.

STANCIOLI, Brunello. *Renúncia ao Exercício de Direitos da Personalidade ou Como Alguém se Torna o que Quiser*. Belo Horizonte: Del Rey, 2010.

TAYLOR, Charles. *The Ethics of Authenticity*. Cambridge: Harvard University Press, 1991.

<b>ÁREA DE ESTUDO: CIÊNCIA DO DIREITO, HISTÓRIA E ALTERIDADE</b>
--

REFERÊNCIAS TEMÁTICAS:

- 1) A pesquisa jurídica: o caleidoscópio do direito e a crítica da razão indolente.
- 2) As necessidades humanas, a identidade e o multiculturalismo na efetivação dos direitos.
- 3) Aplicação do direito e a experiência da sanção.
- 4) Direitos humanos e sua concreção.
- 5) Teorias da justiça e da injustiça.
- 6 História(s) do direito e os movimentos da memória.
- 7) Conhecimento do direito e interdisciplinaridade.
- 8) Epistemologia jurídica: os métodos e o conhecimento do direito.





UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE DIREITO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

9) O direito entre o global e o local.

10) A temporalização do direito e os interesses em conflito.

**BIBLIOGRAFIA:**

FRASER, Nancy. Scales of justice: reimagining political space in a globalizing world. New York: Columbia University Press, 2009.

GUSTIN, Miracy B. S. Das necessidades humanas aos direitos: ensaio de sociologia e filosofia do direito. 2.ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2010. 230p.

GUSTIN, Miracy B. S.; DIAS, Maria Tereza F. (Re) Pensando a pesquisa jurídica: teoria e prática. 3ª ed. rev. e atual. Belo Horizonte: Del Rey, 2010. Cap. 3: A ciência jurídica e seu objeto de investigação.

HABERMAS, Jürgen. Direito e democracia: entre facticidade e validade. Tradução Flávio Beno Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997. 2v.

HELLER, Agnes. Além da justiça. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

HESPANHA, Antonio Manuel. O caleidoscópio do direito: o direito e a justiça nos dias e no mundo de hoje. Coimbra: Almedina, 2007.

HONNETH, Axel. Luta por reconhecimento : a gramática moral dos conflitos sociais . São Paulo: Editora 34.

LARA, Sílvia Hunold; MENDONÇA, Joseli Maria Nunes (Orgs.). Direitos e justiça no Brasil: ensaios de história social. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2006. Caps. IV (Reescravização, direitos e justiça no Brasil do século XIX); VII (Para além dos tribunais: advogados e escravos no movimento abolicionista em São Paulo); XIII (Direitos por lei ou leis por direito: pobreza e ambigüidade legal no Estado Novo); XV (A construção do arbítrio legalizado: os limites do que nos era permitido saber).

LOPES, Mônica Sette. O juízes e a ética do cotidiano. São Paulo: LTr, 2008.



OST, François. O tempo do direito. Trad. Élcio Fernandes. Bauru, SP: Edusc, 2005.

ROULAND, Norbert. Nos confins do direito: antropologia jurídica da modernidade. 2ªed. São Paulo: Martins Fontes, 2008. Cap. III: O Estado, a violência e o direito.

SANDEL, Michael J. Justiça: o que é fazer a coisa certa. 3ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. Caps. 7, 9 e 10.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática. Col. A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência. V. 1. São Paulo: Cortez, 2000. Parte I: Epistemologia das estátuas quando olham para os pés: a ciência e o direito na transição paradigmática.

TELLES, Vera da Silva. A cidade nas fronteiras do legal e ilegal. Belo Horizonte: Argumentum, 2010. Segunda Parte: caps. 4, 5 e 6.

<b>ÁREA DE ESTUDO: HISTÓRIA, INQUISIÇÃO, REGIMES TOTALITÁRIOS E IDEOLOGIA DO PROCESSO PENAL</b>
---

REFERÊNCIAS TEMÁTICAS:

- 1- Fontes históricas do processo penal brasileiro.
2. Natureza do jurídica do processo penal.
3. Os sistemas processuais penais.
4. O Tribunal do Santo Ofício.
5. Princípios processuais penais.
6. Jurisdição penal.
7. A inquisição papal e a inquisição dos reis.
8. Os sujeitos processuais penais.
9. A persecução penal.



10. O acusado e os direitos de defesa.

**ÁREA DE ESTUDO: CIÊNCIAS PENAIS E DIREITO AO PRÓPRIO CORPO**

REFERÊNCIAS TEMÁTICAS:

1. Princípios constitucionais de Direito Penal.
2. O poder punitivo do Estado.
3. Teorias da pena.
4. Garantismo penal.
5. Direito, moral e religião.
6. Elementos subjetivos do tipo penal.
7. O erro no Direito Penal.
8. Concurso de Pessoas no Direito Penal.
9. Direito à privacidade.
11. Novas tecnologias de controle dos corpos.

Referências bibliográficas:

BATISTA, Nilo. *Introdução crítica ao Direito Penal brasileiro*. 4ª ed. Rio de Janeiro, Revan: 2001. 136p. (§8º a §13º)

FERRAJOLI, Luigi. *Direito e razão: teoria do garantismo penal*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002. 768p. (cap. 2, 4 a 8)

VIANNA, Túlio. *Transparência pública, opacidade privada: o Direito como instrumento de limitação do poder na sociedade de controle*. Rio de Janeiro: Revan, 2007. 232 p.

VIANNA, Túlio; MATTOS, Geovana Tavares de. A inconstitucionalidades da conduta social e personalidade do agente como critérios de fixação da pena. *Anuario de Derecho Constitucional Latinoamericano*, v. 14, p. 305-323, 2008. (disponível em [www.tuliovianna.org](http://www.tuliovianna.org)).

VIANNA, Túlio. O direito ao próprio corpo. *Fórum*. São Paulo (SP), nº 106, jan. 2012, p. 18 - 19. (disponível em [www.tuliovianna.org](http://www.tuliovianna.org)).

VIANNA, Túlio. Efetivar o Estado laico. *Fórum*. São Paulo (SP), nº 92, nov. 2010. p. 20 – 22. (disponível em [www.tuliovianna.org](http://www.tuliovianna.org)).



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE DIREITO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

VIANNA, Túlio Lima . Roteiro didático de elaboração de projetos de pesquisa em Direito. *Justilex*, v. 13, p. 66-68, 2003. (disponível em [www.tuliovianna.org](http://www.tuliovianna.org)).

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. BATISTA, Nilo. ALAGIA, Alejandro. SLOKAR, Alejandro. Direito Penal Brasileiro: primeiro volume – Teoria Geral do Direito Penal. Rio de Janeiro: Revan, 2003. 658p. (cap. 1, 2 e 4)

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. PIERANGELI, José Henrique. *Manual de Direito Penal Brasileiro: parte geral*. 7ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007. 768p. (cap. 15 a 34)

#### **LINHA DE PESQUISA 4: Estado, Razão e História**

<b>ÁREA DE ESTUDO: TRABALHO, TECNOLOGIAS, ORDEM JURÍDICA NACIONAL E INTERNACIONAL</b>
---

#### REFERÊNCIAS TEMÁTICAS:

1. Categorias jurídicas elementares: desenhos clássicos e desafios contemporâneos
2. fronteiras do Direito e do Estado: mundialização e perspectivas
3. Dimensões da liberdade: o embate entre a imperatividade e a flexibilidade do direito
4. Cidadania: centralidade do homem no Estado e na Ordem Internacional
5. Organizações sociais e dinâmicas na ordem nacional e internacional
6. Transformações tecnológicas e produtivas: impactos sociais e jurídicos
7. Democracia e direito: da participação ao acesso ao sistemas de solução de controvérsias
8. Construção da identidade e pertença social: elementos de construção da cultura e de reconhecimento na contemporaneidade

#### **Referências bibliográficas básicas comuns:**



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE DIREITO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

BAUMAN, Zygmunt. Globalização: As conseqüências humanas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.

BAUMAN, Zygmunt. Modernidade Líquida. Rio: Zahar, 2001.

BAUMAN, Zygmunt. Identidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996.

CANCADO TRINDADE, Antonio Augusto. A humanização do Direito Internacional. Belo Horizonte: Del Rey, 2006.

HARVEY, David. A condição pós-moderna. São Paulo: Loyola, 1993.

IANNI, Octávio. A sociedade global. São Paulo: Record, 1992

**Referências Bibliográficas Básicas** (Ênfase em Trabalho na ordem nacional e internacional)

ALVES, Giovanni. Dimensões da globalização: o capital e suas contradições. Londrina: Práxis, 2001.

ANTUNES, Ricardo. Braga, Ruy. Infoproletários: degradação real do trabalho virtual. São Paulo: Boitempo, 2009.

ANTUNES, Ricardo. Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.

BRESSON, Yoland. L'après Salariat. 2 ed. s.l. 1993.

DELGADO, Mauricio Godinho. Capitalismo, trabalho e emprego. São Paulo: LTr, 2006.

ERMIDA URIARTE, Oscar. A flexibilidade. São Paulo: LTr, 2002.

HONNETH, Axel. Trabalho e reconhecimento: tentativa de uma redefinição. Civitas – Revista de Ciências Sociais, Vol. 8, No 1 (2008).

MÉSZÁROS, István. Para além do capital: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2002.

OFFE, Claus. Trabalho e sociedade. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

POCHMANN, Márcio. E-trabalho. 1a. ed. São Paulo: Publisher Brasil, 2006.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE DIREITO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

POCHMANN, Márcio. Relações de Trabalho e Padrões de Organização Sindical no Brasil. São Paulo: LTR, 2003.

REIS, Daniela Muradas, DANTAS, Roberta e COURA, Solange. (coord.). Justiça Social e Trabalho: um tributo a Mauricio Godinho Delgado. São Paulo: LTr, 2013.

SANTOS, Milton. Por uma outra Globalização. São Paulo, Record, 2001.

SILVA, Antônio Alvares. Flexibilização das Relações de Trabalho. São Paulo: LTr, 2002.

SILVA, Antônio Álvares. Globalização, terceirização e a nova visão do tema pelo STF. SP: LTr, 2011.

**Referências Bibliográficas Básicas** (Ênfase em Relações Internacionais Privadas e Tecnologias):

HENKIN, Louis. "International law: politics values and functions: General course on public international law", in Recueil des cours, vol. 216,p. 9-416.

JAYME, Erik. Le droit international privé du nouveau millénaire : la protection de la personne humaine face à la globalisation, in Recueil des cours, vol. 282 (2000), p. 9-40.

JAYME, Erik. "O direito internacional privado do novo milênio: a proteção da pessoa humana face à globalização", in Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Direito. Porto Alegre, v.1. n.1. 2003, p.85-97.

JAYME, Erik. "Direito internacional privado e cultura pós-moderna", in Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Direito. Porto Alegre. vol.1. n.1. 2003, p.59-67.

JAYME, Erik. "Identité culturelle et intégration: le droit international privé postmoderne. Cours général de droit international privé", in Recueil des cours, vol 251 (1995), p.9-267.

**ÁREA DE ESTUDO: FILOSOFIA DO ESTADO E CULTURA JURÍDICA**

REFERÊNCIAS TEMÁTICAS:

1. Cultura política grega.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE DIREITO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

2. História das instituições políticas romanas.
3. O Direito como fundamento do poder político e do poder religioso no Medievo.
4. Representação *versus* Razão: o homem, o justo e a Filosofia Medieval.
5. Modernidade, entre Ilustração e Romantismo.
6. Política e História em Kant.
7. Hegel: dialética, historicidade e racionalidade.
8. Direito, coerção e liberdade.
9. Razão e destino do Estado de Direito.
10. Dignidade humana, entre o ocidental e o universal.

**ÁREA DE ESTUDO: TEORIA DA JUSTIÇA**

REFERÊNCIAS TEMÁTICAS:

1. Conhecimento científico e conhecimento filosófico do Direito.
2. Direito e valor.
3. Direito e coerção.
4. Direito e liberdade.
5. Direitos fundamentais.
6. Teoria da justiça no pensamento antigo e sua atualidade.
7. História do direito romano público e privado.
8. O problema da justiça no Idealismo Alemão.
9. Evolução ética do Estado de Direito.
10. Fundamentos filosóficos da hermenêutica jurídica.



**ÁREA DE ESTUDO: FILOSOFIA DO PODER E PENSAMENTO RADICAL**

REFERÊNCIAS TEMÁTICAS:

1. A filosofia pré-socrática e a crítica à tradição.
2. Os sofistas e a fundação do político.
3. O projeto social transpersonalista: Platão e Aristóteles.
4. Helenismo e indivíduo: uma resposta ao platonismo.
5. O estoicismo greco-romano: liberdade, igualdade e universalismo.
6. A contra-história da filosofia no pensamento de Schopenhauer, Nietzsche e Onfray.
7. Teologia política no pensamento de Carl Schmitt e Hans Kelsen.
8. Relativismo e absolutismo na filosofia e na política.
9. Biopolítica e Estado de Exceção.
10. Determinismo e liberdade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

(As obras abaixo citadas são apenas sugestões para facilitar a preparação do candidato, não limitando e nem vinculando seus estudos ou a avaliação a ser efetivada no processo seletivo).

AGAMBEN, Giorgio. *Estado de exceção*. Trad. Iraci D. Poleti. São Paulo: Boitempo, 2004.

AGAMBEN, Giorgio. *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua I*. Trad. Henrique Burigo. Belo Horizonte: UFMG, 2007.

BERCOVICI, Gilberto. *Constituição e estado de exceção permanente*. Azougue: São Paulo, 2009.

BERNABÉ, Alberto (org.). *Fragmentos pré-socráticos: de Tales a Demócrito*. Madrid: Alianza, 2008.





UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE DIREITO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

- BORDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- CARDOSO, Renato César. *A ideia de justiça em Schopenhauer*. Belo Horizonte, 2009.
- FOUCAULT, Michel. *O nascimento da biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- KELSEN, Hans. Dios y estado. In: CORREAS, Óscar (org.). *El otro Kelsen*. México: Universidad Nacional Autónoma de México, pp. 243-266, 1989.
- KELSEN, Hans. Forma de estado y visión del mundo. In: CORREAS, Óscar (org.). *El otro Kelsen*. México: Universidad Nacional Autónoma de México, pp. 223-241, 1989d.
- LINDAHL, Hans. El pueblo soberano: el régimen simbólico del poder político en la democracia. In: *Revista de Estudios Políticos* (Nueva Época), n. 94, pp. 47-72, 1996.
- MATOS, Andityas Soares de Moura Costa. *O grande sistema do mundo: do pensamento grego originário à mecânica quântica*. Belo Horizonte: Crisálida, 2011.
- MATOS, Andityas Soares de Moura Costa. *Kelsen contra o estado*. In: MATOS, Andityas Soares de Moura Costa; SANTOS NETO, Arnaldo Bastos (coords.). *Contra o absoluto: perspectivas críticas, políticas e filosóficas da obra de Hans Kelsen*. Curitiba: Juruá, pp. 75-118, 2011.
- MATOS, Andityas Soares de Moura Costa. *O estoicismo imperial como momento da ideia de justiça: universalismo, liberdade e igualdade no discurso da Stoá em Roma*. Rio de Janeiro, Lumen Juris, 2009.
- NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. *A filosofia na era trágica dos gregos*. Trad. e org. Fernando R. de Moraes Barros. São Paulo: Hedra, 2008.
- ONFRAY, Michel. *Contra-história da filosofia*. Vol. I. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
- POPPER, Karl Raimund. *A sociedade aberta e seus inimigos*. Vol. I: Platão. Trad. Anabela Sottomayer e Catarina Labisa. Lisboa: Fragmentos, 1993.
- SCHMITT, Carl. *Teologia política*. Trad. Elisete Antoniuk. Belo Horizonte: Del Rey, 2006.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE DIREITO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

SOUZA, José Cavalcante de (org.). *Os pré-socráticos: fragmentos, doxografia e comentários*. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

**ÁREA DE ESTUDO: ESTUDOS ESTRATÉGICOS**

REFERÊNCIAS TEMÁTICAS:

1. Direito, coerção e liberdade.
2. Razão e destino do Estado de Direito.
3. Constitucionalismo estratégico.
4. Imaginação institucional.
5. Geopolítica e Geodireito.
6. Papel estratégico do Brasil na Lusofonia.
7. Papel estratégico do Brasil na América do Sul.
8. BRICS: conceito e perspectivas.
9. Fundamentos da Estratégia Nacional de Defesa.
10. Defesa sul-americana: ameaças e estratégias.